

Revista do

SINDSEP-DF

FILIADO A
CUT
E A CONDSEF

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF

30 ANOS DE LUTA

Em defesa dos
servidores, do
serviço público
e da democracia



SUMÁRIO

4



4 ▶ Memória:
artigos assinados pelos ex-dirigentes do sindicato que ajudaram a construir a história de lutas e conquistas da entidade

11 ▶ Opinião:
artigo assinado por Jacy Afonso, sindicalista e um dos fundadores da CUT e do Sindsep-DF

13 ▶ Tabelas salariais:
reportagem sobre as mudanças nas carreiras e planos que compõem o Executivo Federal

16 ▶ Internacional:
matéria especial sobre a atuação do sindicato na política internacional

18 ▶ Greves:
relatos das greves dos trabalhadores e o seu papel na conquista de direitos

26 ▶ Linha do Tempo:
uma viagem pela história do Sindsep-DF, da fundação aos dias atuais

33 ▶ Conjuntura:
os ataques aos direitos da classe trabalhadora e o papel do sindicato para o seu enfrentamento

38 ▶ Direitos:
a luta histórica para conquista e reconquista de importantes reivindicações

40 ▶ Entrevista:
o secretário-geral da Condsef, Sérgio Ronaldo, fala sobre os desafios de agora

42 ▶ Ajuste Fiscal:
a quem serve o Estado mínimo?

45 ▶ Celetistas:
a luta dos empregados públicos por melhores ACTs

49 ▶ Eleições:
diretoria eleita do Sindsep-DF aguarda decisão da Justiça para tomar posse

50 ▶ Sindicalização:
não lute só, filie-se!

16



18



26



33



45



Revista do

SINDSEP-DF CUT

DIRETORIA DO SINDSEP-DF

SECRETARIA-GERAL
Coordenador: Oton Pereira Neves - MS
Antônio Clarete de Azevedo - MJSP
Márcio Oliveira Santos - MEC

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E PATRIMÔNIO
Coordenador: Pedro de Alcântara Costa - IBAMA
Márcio da Costa Baptista - MP

SECRETARIA DE FINANÇAS
Coordenador: Benedito da Silva Maia - MP
Francisco Rodrigues Lima - AGU
César Henrique Melchades Leite - FUNASA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO
Coordenadora: Mirian Vaz Parente - IBAMA
Luis Henrique Donadio Baptista - MP
Erico Grassi Cademartori - MMA

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Coordenador: João França Lopo - MEC
Reinaldo Felipe dos Santos - MF

SECRETARIA DE FILIAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL
Coordenadora: Valda Eustáquia
Cardoso de Souza - HFA
Juvenal Gonçalves de Souza Lima - ENAP

SECRETARIA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E SAÚDE DO TRABALHADOR
Coordenadora: Maria Lúcia Moraes Braga - MP
Ivaldelyce Pereira da Silva - MP
Maria Gilza Ribeiro Fardin - COMAEX

SECRETARIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS, CULTURA, RAÇA E ETNIA
Coordenadora: Aldenora Maria de Oliveira - MAPA
Maria de Jesus Santana da Silva - INCRA

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA
Coordenador: Carlos Henrique Bessa
Ferreira - FUNASA
Fernando Martins Machado - FUNASA
Antonio Carlos Noleto Gama - INMET

SECRETARIA DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E EMPRESAS PÚBLICAS
Coordenador: Enos Barbosa de Souza - CONAB
Carlos Alberto Fernandes de Alencar - MP
Edvaldo Pereira dos Santos - CONAB

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERSINDICAIS E PARLAMENTARES
Coordenador: João Luiz Batista - ABIN
Adjunto: José Francisco dos Santos - MJSP
Reginaldo Dias da Silva - COMAER

SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA
Coordenadora: Thereza Christina
de Alencar Silveira - FUNAI
Maria Fátima das Graças Reis Duarte - MEC
Amazônica Brasil Magallans Luján - MF

DIRETORES EFETIVOS DA DIREÇÃO
Dimitri Assis Silveira - MEC
Carlos Antonio Ximenes Albuquerque - MEC
Luiz Henrique Lima Rocha - ABIN

DIRETORES SUPLENTE DA DIREÇÃO
Ana Daniela Neves Pereira - MS
Otonio Araújo Lima Júnior - HFA
Ivanildo Francisco de Melo - FUNASA

MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL
Ivan Fernandes Marinho - FCP
Antonio do Carmo - INCRA
Ildevina Gonçalves Justus - HFA

MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
Gerson Henrique Sternadt - IBAMA
Moisés Alves da Consolação - MAPA
Antonia Ferreira da Silva - FUNASA

EXPEDIENTE

Revista do Sindsep-DF - Especial 30 anos
END.: SBS, Qd. 1, bloco K, Ed. Seguradoras - 3º, 16º e 17º andares - TEL.: 3212-1900

Jornalista responsável: Giselle do Valle (DF2361JP)

Textos: Giselle do Valle e Leide Santos

Revisão de texto: Leide Santos

Fotos: Cristiano Porfírio e Jane Franco/Arquivo Sindsep-DF

Capa/ilustração: Cicero Lopes

Diagramação: André Filho

Colaboração: Graziela de Almeida

Tiragem: 5 mil

Impressão: Brasília Artes Gráficas

A opinião expressa nos artigos assinados é de inteira responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a opinião da direção do Sindsep-DF

Lutas, conquistas e desafios

Chegamos aos 30 com a tarefa de defender a democracia e nossos direitos



Resgatar a história de luta, relemburar as conquistas, analisar a conjuntura atual para o enfrentamento no dia a dia e continuar firmes para os desafios do futuro. É o que se propõe com a revista em comemoração aos 30 anos do Sindsep-DF!

Meses de intensa pesquisa nos arquivos da entidade e de análise documental possibilitaram resgatar a história do sindicato numa linha de tempo marcada por momentos turbulentos da história do país, além da valiosa colaboração de ex-dirigentes, fundadores e militantes – que vivenciaram nesses 30 anos desafios dos mais diversos e guardam consigo memórias de grandes lutas e conquistas.

Porém, mais do que um

tributo ao passado, esta revista marca também o enfrentamento a severos ataques aos direitos dos servidores e de toda a classe trabalhadora. No momento em que é publicada, o povo brasileiro enfrenta uma crise política das mais graves já vivenciada no país. Um golpe de Estado não apenas contra uma presidenta legitimamente eleita, mas sim contra o povo e a nação. Portanto, reportagens e textos de militantes políticos, fundamentais na construção do nosso sindicato, trazem uma reflexão política necessária para entender e enfrentar a atual conjuntura.

Convidamos a todos que façam deste momento comemorativo um ato em defesa da democracia! Devemos ter

em mente que as gerações futuras, nossos filhos e netos, irão nos perguntar o que fizemos para reverter o golpe de Estado que estamos vivenciando em nosso país. Como servidores públicos federais, nossa tarefa é, juntamente com os trabalhadores do setor privado e do campo, estarmos unidos, dispostos e preparados para mais uma vez fazer história, defendendo nossos direitos e o serviço público gratuito e de qualidade para todos os brasileiros. A conjuntura exige lutarmos pelo “Fora Temer!” e por “Eleições Diretas já!” para dar a palavra ao povo! ■

Boa leitura!
Oton Pereira Neves
Secretário-geral

Com a palavra nossos ex-dirigentes

Ao longo desses 30 anos, muitos servidores contribuíram para as conquistas do funcionalismo, em especial para a construção de um sindicato forte e combativo, que é um dos principais instrumentos de luta dos servidores e empregados públicos do Executivo federal. O desejo da equipe da Revista do Sindsep-DF era trazer todas essas histórias à tona. Mas, como não é possível, convidamos as pessoas que estiveram na linha de frente da entidade para relatar os desafios, as conquistas e as contribuições que deram ao sindicato durante suas gestões.

Meu testemunho sobre desafios, lutas e construção do Sindsep-DF

Maria Laura Salles Pinheiro*



Em Brasília nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1987 realiza-se o 1º Congresso dos Servidores Públicos Federais com a participação de servidores federais de diversos órgãos da administração direta e indireta com objetivo central de criar o Sindicato dos Servidores Federais do DF.

A concepção fortemente majoritária era que este Sindicato representasse de maneira unitária e democrática o conjunto dos servidores federais se contrapondo a ideia de sindicato por setor. A concepção primeira chamava-se de Sindicato Único ou Geral em contraposição às lideranças que defendiam a particularização ou verticalização da organização sindical dos servidores, como por exemplo: Previdenciário, Educação, Trabalho, EMBRAPA, Banco Central.

A ideia de Sindicato Geral baseava-se na unidade necessária para o enfrentamento com os patrões, digo, os governos temporários. Tratava-se de uma construção respeitando as diferenças no trabalho e nas atividades específicas que seriam representadas

pelas suas organizações de base, as delegacias ou comissões sindicais, a nível nacional seria construída uma Confederação dos Sindicatos Estaduais de Servidores Federais. Nessa conjuntura, nas universidades já se consolidavam as Associações dos Professores e dos Servidores Técnicos Administrativos, o Setor Previdenciário se organizava verticalmente.

Na discussão dos Direitos Sindicais foi introduzido com bastante vigor a defesa do Serviço Público, politizava-se incorporando na discussão dos interesses corporativos os direitos dos cidadãos. Discutíamos o Estado a serviço do público dando um caráter de independência em relação aos governos e organizando os servidores enquanto classe. Em consequência exigia-se o concurso público, estabilidade, plano de carreira e salários, o fim da terceirização e do imposto sindical (bandeiras da CUT), bandeiras que nortearam a luta dos servidores no processo constituinte.

A criação do Sindsep-DF precedendo a promulgação da Constituição de 88 possibilitou um

protagonismo de vanguarda na Constituinte determinante para os avanços inscritos na Carta Magna, somando-se as organizações progressistas da sociedade que defendiam a ampliação do papel do Estado como propulsor do desenvolvimento econômico e social.

O Sindsep-DF foi uma ferramenta propulsora para a criação dos Sindicatos dos Servidores Federais nos Estados e para a construção da Condsef como entidade representativa do conjunto dos sindicatos.

O Sindsep-DF deu cara nova a Esplanada dos Ministérios com suas mobilizações de massa, manifestações, greves e ocupações. O seu nascimento em agosto de 1987 confirma o que diz o poeta Geraldo Vandré “quem sabe faz a hora não espera acontecer”.

Seguiu-se a esse momento a campanha eleitoral para a primeira eleição direta para presidente do Brasil, após golpe de 64. A maioria dos dirigentes do Sindsep-DF apoiou a candidatura de LULA para presidente da República que tinha uma plataforma comprometida com os trabalhadores e suas organizações, com a soberania nacional e com os direitos sociais, civis e humanos.

Collor é eleito presidente e dá a cara neoliberal do seu governo já no primeiro comunicado anunciando a disponibilidade milhares de servidores federais, extinguindo órgãos públicos, congelando salários e confiscando a poupança.

O Sindsep-DF foi o primeiro a gritar “Fora Collor” e a abrir faixas na Esplanada, foi também um forte instrumento de resistência aos ataques dirigidos contra os recém-criados direitos constitucionais.

Nesse contexto de **lutas, ataques e resistência** tive o privilégio de ser eleita Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal e no Parlamento fiz o enfrentamento das políticas neoliberais de desmonte do Estado e participei firmemente da luta pelo seu impeachment.

Em 2002, Lula é eleito presidente do Brasil com um programa democrático e popular derrotando a classe dominante e seus representantes. Os doze anos dos governos Lula e Dilma são marcados pela **construção de uma sólida rede de Seguridade Social visando a inclusão e a redução das desigualdades; pela valorização e fortalecimento do Estado Brasileiro e do Serviço Público; pela**

implantação de políticas públicas como instrumento de cidadania e por fortes investimentos públicos em programas estruturais nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. Com Lula e Dilma o Brasil passou da 19º para a 5º economia do planeta, o salário mínimo subiu mais de 70% e saiu do Mapa Mundial da Fome.

Os “poderosos de 500 anos” não engolem os avanços e conquistas da classe trabalhadora e em 2016 usurpam a **Democracia e o Poder Popular** destituindo do mandato a presidenta Dilma Rousseff, legitimamente reeleita por mais de 54 milhões de brasileiros. O golpe desferido contra o **Povo e a Constituição** dá posse ao golpista maior Michel Temer que está retalhando em postas o patrimônio brasileiro e o serviço público, o guardião das nossas riquezas e soberania.

O que isso tem a ver com o Sindsep-DF? Tudo a ver. Estamos vivendo um momento de exceção,

desmonte do Estado que numa tacada só retira direitos, destrói programas, entrega riquezas, corta investimentos, desmonta empresas públicas visando aniquilar o Estado e reduzir a importância do Brasil no cenário internacional.

O que nos cabe fazer? Fortalecer o Sindsep-DF e todas as organizações construídas com a luta e o suor dos trabalhadores para num futuro próximo podermos comemorar a retomada das conquistas populares, a democracia e a soberania do país e do povo brasileiro.

Lembrando o que nos disse Cora Coralina “mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.” ■

* Maria Laura Salles Pinheiro
Presidente do Sindsep-DF
1988 a 1990

Anos de luta e conquistas

Secretário-geral do Sindsep-DF no biênio 1992 a 1994, José Carlos Vasconcelos enfrenta problemas de saúde, por esta razão não pôde escrever sobre a sua atuação à frente do sindicato. Mas a equipe da revista resgatou essa história de lutas e conquistas, que testemunhou o impeachment de Collor e a implantação do plano Real.

Em 1992, o Sindsep-DF conquistou a reintegração de todos os servidores colocados em disponibilidade por Collor em meados dos anos 90. No mesmo ano, o sindicato integrou o Movimento pela Ética na Política, exigindo o fim da corrupção, cadeia para os ladrões e o “Fora Collor”. Milhares de servidores em Brasília e em todo o país participaram das manifestações. Como resultado da pressão popular, em setembro daquele mesmo ano, o Congresso aprovou o impedimento de Collor.

Em 1993, as lutas foram muitas, tendo como foco central o retorno dos demitidos do Collor. Neste ano, o Sindsep-DF conseguiu aprovar na Câmara dos Deputados o projeto de lei que previa a reintegração dos servidores, o qual só foi votado no Senado no ano seguinte. Também em 93, o sindicato participou ativamente do Movimento Contra a Revisão Constitucional e conquistou a transposição dos agentes de vigilância do nível de apoio para o intermediário. O ano também foi marcado pela maior greve da história dos servidores até então e consolidação total do sindicato, que naquela altura contava com 155 delegados sindicais em praticamente todos os órgãos e com aproximadamente 20 mil filiados em todo o DF.

Em 1994, a direção do sindicato foi coroada com uma grande vitória, após muita negociação e pressão, o



José Carlos Vasconcelos, servidor do Ministério da Saúde, foi secretário-geral do Sindsep-DF no biênio 1992 a 1994

presidente Itamar Franco assinou a Lei 8.878, de 11/05/94, que anulou as demissões, mas atrelou o retorno ao serviço público à formulação de requerimento específico em prazo de 60 dias. Nesse processo foi concedida anistia a 42 mil trabalhadores que passaram a ser chamados de anistiados. Mas a luta do sindicato para reparar essa injustiça estava apenas começando. ■

Vida longa ao Sindsep-DF

Ismael José Cesar *



Ainda jovem, então com 23 anos, tive a honra de participar da fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais - Sindsep-DF, no ano de 1987. O Sindicato já nasceu rebelde. A lei não permitia naquele momento a sua criação, mas o criamos assim mesmo. Na época, o Pinochet do Maranhão era o Presidente da República. A morte de Tancredo Neves nos assombrou com a ascensão de José Sarney para ocupar o Palácio do Planalto. Período difícil para o povo, em particular para os servidores públicos, que estavam sendo tratados como serviçais dos chefetes de plantão: sem direito a nada. Era o período de pós-ditadura militar. Toda uma década marcada por inflação alta, salários baixos e muita carestia.

Um governo entregue aos interesses do grande capital e dos empresários, e que fazia dos servidores o bode expiatório para tudo de ruim. Naquele momento nascia o embrião do que somos hoje, ali nascia o Sindicato.

No ano seguinte, em 5 de outubro, foi promulgada a nova Constituição Federal, resultante da luta e da mobilização do povo e que trouxe uma série de avanços e conquistas, inclusive a consagração do direito à sindicalização e à greve no serviço público.

A existência do Sindicato foi determinante para que os servidores públicos mantivessem conquistas e avançassem em outras. Um exemplo das muitas vitórias foi a conquista do Regime Jurídico Único (Lei 8112), em pleno governo de Fernando Collor de Melo - o farsante eleito em 1989, sobre o pretexto de caçar os marajás, mas que durante o seu curto mandato

fez do servidor público o seu inimigo número um.

Tempos depois tive o desafio de dirigir a Secretaria-Geral do Sindsep-DF, entre 1993 e 1996, período em que o príncipe da “privataria”, Fernando Henrique Cardoso, era o presidente da República. Pós mandatos de FHC, tivemos a exata dimensão do crime de lesa-pátria que foi o seu governo. Sob o manto da modernidade fizeram a transferência para especuladores internacionais de um patrimônio incalculável pertencente à nação: estatais de energia, petróleo, telecomunicações, petroquímicas, minério (Vale do Rio Doce) e muito mais.

Foi também o governo que aprofundou o neoliberalismo no Brasil, um subserviente do mercado financeiro e do grande capital internacional. Mais uma vez o serviço público e os servidores são eleitos como um problema para o desenvolvimento nacional, numa época marcada por duros golpes contra a categoria, que teve um reflexo na vida real de milhões de pessoas que ficaram desprovidas de serviços essenciais. A categoria amargou anos sem reajuste salarial. FHC agia como um fora da lei: eliminou conquistas no campo infraconstitucional, como o fim da data-base, suspensão da readmissão dos anistiados, cerceamento ao exercício do mandato sindical, limitação de despesas com pessoal, proibição de conversão de 1/3 de férias, fim das horas extras, transformação do anuênio em quinquênio, extinção dos quintos, extinção do turno de seis horas e restrição do direito a tiquete alimentação apenas para que cumprisse a jornada de 40 horas.

Mas este foi um período que também ficou marcado pela resistência e pela luta. Quase toda semana havia manifestação em frente ao extinto Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). O sindicato rechaçou cada um dos planos de FHC. O Programa de Demissão Voluntária não atingiu a expectativa do governo, graças a campanha do Sindsep e de outras entidades. FHC pretendia eliminar de vez com o Regime Jurídico Único, mas não conseguiu.

Teve que voltar atrás com a disponibilidade dos servidores com redução salarial. Não conseguiu quebrar a estabilidade da categoria e demitir servidores, mas teve que demitir sua própria filha, Luciana Cardoso, do cargo de adjunta do gabinete do Secretário-Geral da Presidência da República, devido a uma ação popular impetrada por nós, em defesa da moralidade pública.

Ainda no ano de 1993, FHC edita uma medida provisória que determina um aumento médio de 28,87% nos salários dos militares, deixando de fora os servidores civis. O Sindsep organizou grandes manifestações na Esplanada dos Ministérios, exigindo do governo a extensão do reajuste para todos os demais servidores. Além da luta na rua o Sindsep, em conjunto com outras entidades, pressionou política e juridicamente os ministros do Supremo Tribunal Federal, para que este mesmo direito fosse concedido a todos. Resultado desta mobilização foi a aprovação de uma súmula vinculante do Tribunal garantido esta extensão. Milhares e milhares de servidores beneficiaram-se desta decisão.

Hoje a história nos prova o quanto foi correta a criação do nosso sindicato. Um verdadeiro patrimônio que precisa ser preservado pela categoria. E que seja sempre assim: autônomo, independente e de luta.

Vida longa ao Sindsep-DF! ■

* Ismael José Cesar
Secretário-Geral de 1994 a 1996
Atualmente é membro da
Executiva Nacional da CUT

Sindsep-DF ontem e hoje

Luiz Roberto Bicalho*

Quando os jovens sindicalistas que todos éramos fundamos o sindicato em 1987, os servidores eram proibidos de se sindicalizarem. Divergências? Sim, existiam, mas a massa dos servidores impulsionou greves e mobilizações e conquistamos melhores salários, conquistamos o reconhecimento do sindicato, o não desconto do imposto sindical e, mais que



tudo, a dignidade de uma categoria que ascendia de “barnabé” para pessoas que lutam e conquistam.

Nós ajudamos Lula a chegar a Presidência da República e lutamos contra o seu

acordo com a burguesia, cujo aspecto mais concreto foi a destruição da previdência dos servidores.

Hoje, novamente, temos um governo que ataca os servidores, enquanto conduz o País à ruína. E as direções dos trabalhadores deixam os ataques passarem como deixaram passar a reforma trabalhista.

Mais que nunca, o Sindicato deve ser nossa força, nossa voz e o grito que o velho Marx lançou no século XIX deve ser nosso grito de guerra – Proletários de todo o mundo, uni-vos! ■

* Luiz Roberto Bicalho
Secretário-geral de
1996 a 1998

Sindsep 30 anos

Francisco Chagas Machado*

Na virada do século e do milênio concluía o mandato de Secretário-Geral (1998-2000), um período em que já se conhecia a verdadeira face do neoliberalismo, assim como eram evidentes sua incapacidade de resolver os problemas econômicos das sucessivas crises que se alastravam por todo planeta. Pior ainda, o neoliberalismo já se mostrava como um modelo que não respondia as necessidades da população brasileira e muito menos os interesses da classe trabalhadora.

O Partido da Social Democracia Brasileira, sob a liderança do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, então Presidente da República (segundo mandato), também não poupava os trabalhadores: recessão e desemprego; terceirização; precarização das relações de trabalho. Nesse mesmo sentido, cortava fundo na carne dos servidores públicos: desmantelamento do aparelho administrativo; privatizações; congelamento salarial; retirada de direitos estatutários; suspensão de concursos públicos, plano de demissão voluntária; disponibilização de servidores.

Hoje nosso Sindicato, dezessete anos depois, enfrenta um neoliberalismo muito



mais agressivo, mais estruturado, amparado num Judiciário e num Legislativo visivelmente venal, com amplo anteparo da grande mídia, com as grandes redes de televisão propagandeando dia e noite as reformas trabalhista, previdenciária e quem sabe a tão requisitada reforma tributária; que não fazem outra coisa se não estrangular os serviços públicos, precarizando ainda mais a situação das populações mais carentes; assim como secundarizando a importância dos serviços públicos e os servidores.

O não pertencimento de classe de parte dos assalariados da área de serviços, incluindo os servidores públicos, parece não querer admitir que os destinos da nação brasileira precisam deixar de ser conduzidos pela elite capitalista; uma vez que esta só exige maiores sacrifícios dos trabalhadores. Aliás, uma evidência tantas vezes repetida por jornalistas da revista Carta Capital: o pessoal da senzala

parece entender ser mais cômodo recolher as sobras dos moradores da casa-grande do que correr os riscos da autodeterminação da classe trabalhadora.

O Sindsep-DF ao longo de sua existência, nesses seus trinta anos, nunca tergiversou sobre sua condição de organismo independente, classista e democrático, sempre manteve sua independência em relação aos patrões, governos e partidos. A entidade nunca regateou recursos financeiros para suas campanhas salariais; assim como, sempre esteve à frente das lutas de caráter mais estratégico, defendendo a soberania do país, seu patrimônio natural, as riquezas do subsolo, a classe trabalhadora e indiscutivelmente defendendo os serviços públicos e os servidores.

Rosa Luxemburgo já sentenciava no começo do século passado que não haveria salvação para classe trabalhadora sob a égide do capitalismo, visto ser este um sistema datado, contraditório e destrutivo. A humanidade teria que se livrar desta ordem econômica, não só porque os trabalhadores não estão dispostos a este estado de opressão, mas porque se a classe trabalhadora não cumprir com os seus deveres, todos, independente de classe, afundaremos juntos. ■

* Francisco Chagas Machado
ou Chico Machado
Secretário-Geral de 1998 a 2000

Ainda é tempo de agradecer

Alguns ex-dirigentes do Sindsep-DF já faleceram, mas deixaram para nós e para as próximas gerações um legado de conquistas. Este espaço é uma singela homenagem a eles que, mesmo enfrentando condições adversas, se dedicaram a defender um serviço público de qualidade e os direitos dos trabalhadores do setor público, sendo fundamentais para a construção do nosso sindicato. Aqui, toda a nossa gratidão e orgulho pelas suas contribuições!

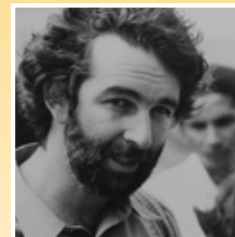
Antônio Rodrigues Pereira

Presidente do Sindsep-DF de 1987 a 1988

Eleito no I Congresso de Servidores para compor a direção provisória da entidade, tomou posse no dia 28/08/1987 e ficou à frente da entidade até 06/07/1988. Teve como tarefa central consolidar a organização da categoria num momento em que os servidores ainda não tinham direito à sindicalização e colocou o sindicato na linha de frente das conquistas inseridas na Constituição.

Francisco Carlos Zóccoli

Presidente do Sindsep-DF de 1990 a 1992



Chico Zóccoli, como era conhecido na base, presidiu a mesa do Congresso de fundação do Sindsep-DF e foi seu terceiro presidente. Morto aos 35 anos, vítima de um acidente automobilístico em 20/01/1992, Zóccoli foi um dos grandes impulsionadores da criação dos sindicatos gerais e da Condsef. Militante político desde 78, lutou contra a ditadura militar e participou da fundação do PT. Foi eleito para a Executiva Nacional da CUT, mas não chegou a tomar posse.

Luiz Fernando Costa Campis

Presidente do Sindsep-DF em 1992



Vice-presidente do sindicato na Gestão 1990-1992, Luiz Fernando Costa Campis assumiu o cargo deixado por Zóccoli em 21 de janeiro de 1992 e permaneceu até o dia 27 de agosto do mesmo ano. Servidor do Ministério da Educação (MEC), além de fundador do Sindsep-DF, foi um dos grandes impulsionadores da criação e consolidação da Condsef. Também foi membro da direção estadual da CUT/DF.

José Ricardo Jácome de Lima

Secretário-Geral de 2000 a 2007



Servidor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Ricardo Jácome foi militante sindical desde a fundação do sindicato e participou de todas as greves e mobilizações da categoria organizadas pela entidade. Esteve por três gestões à frente da Secretaria-Geral do sindicato, nos biênios 2000 a 2002 e 2002 a 2004, e no triênio 2004 a 2007. Sua marca na direção do sindicato foi a busca da unidade e de consensos na condução da entidade.



Uma história que começou antes de 1987

* TEXTO REPRODUZIDO DO JORNAL DO SINDSEP-DF
Nº 6, DE AGOSTO DE 1989

Em 28 de agosto de 1987, os servidores federais do DF tomaram uma decisão histórica: criaram o seu sindicato, o seu principal instrumento de luta. Num cenário pós-ditadura militar, os 274 delegados do I Congresso de Servidores que fundou o Sindsep-DF deram um importante passo na construção da unidade dos federais independente das posições ideológicas e religiosas de cada um.

A formação de uma consciência coletiva imprimiu uma nova face ao servidor que, mobilizado e organizado, passou a acreditar no seu potencial.

Abandonou a posição servil e passou a defender o salário, o emprego e o serviço público, tudo isso numa só luta. Mas para chegar a 1987, os fundadores do Sindsep-DF traçaram uma trajetória de luta que merece ser lembrada por ser um exemplo de coragem e audácia na conquista do direito à sindicalização e à organização, inclusive com o enfrentamento do último governo militar, do general João Figueiredo. Até o início da década de 80, os trabalhadores do serviço público eram marginalizados e não podiam ser coparticipantes das decisões que lhes diziam res-

A formação de uma consciência coletiva imprimiu uma nova face ao servidor que, mobilizado e organizado, passou a acreditar no seu potencial.

peito. Essa situação provocou um imobilismo na categoria, que só começou a dar sinais de mudança com o avanço nas formas de organização.

1982

Em meados de 1982, se iniciam as discussões para a criação de uma entidade de base representativa dos servidores federais no DF. No entanto, optou-se por intervir na Federação dos Servidores Públicos de Brasília (FSPB) por acreditar-se que a sua democratização poderia torná-la representativa dos interesses da categoria.

1983

O ano de 1983 foi para os servidores o marco de sua organização. Com o objetivo da unificação dos servidores públicos federais, realizou-se o I Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais, nos dias 26 e 27 de março, em Brasília. Esse encontro teve como resoluções uma pauta unificada de reivindicações, um calendário de mobilização unificado e a criação de uma Comissão Nacional de Mobilização para coordenar o movimento.

Neste ano, os servidores públicos federais de todo o país mobilizaram-se pela reivindicação de 70% de reajuste em maio. Houve paralisação de mais de 30 dias em nove Estados, totalizando 200 mil servidores parados. A FSPB engajou-se nesta luta, através de seus diretores comprometidos com os interesses da categoria. Logo após este movimento, o Conselho Deliberativo da FSPB destituiu os diretores combativos. Estes diretores, apoiados pela base reforçaram a luta e ampliaram o movimento e as discussões para a organização dos servidores – nascia ali o embrião do que viria a ser o Sindsep-DF.

1984

Em 1984, já organizados para a luta com uma consciência classista, os servidores públicos federais se juntaram aos demais trabalhadores brasileiros na campanha das Diretas Já que marcou para sempre a história do Brasil e foi responsável pelas maiores manifestações de massa já ocorridas no país até então.

Dentro do movimento do servidor público do DF, este ano também ficou marcado. Foi realizado o I Encontro de Servidores

Públicos Federais do DF, no qual foi eleita uma Comissão Pró-Entidade de Base dos Servidores Públicos que ficou encarregada de levar a discussão a toda a base da categoria para, num segundo encontro, aprofundar e consolidar a luta pelo direito à sindicalização.

Nesse ano, não contando mais com setores combativos em sua direção, a FSPB ausenta-se do movimento nacional e local dos servidores.

1985

Nos dias 19 e 20 de outubro em São Paulo, aconteceu o II Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais, convocado por entidades representativas dos servidores, entre elas a Fasubra, Fenasps, Andes, UNSP e Comissão de Base dos Servidores do DF. Participaram deste encontro 200 delegados, representando 70 entidades. Dentre as formas de organização dos servidores aprovadas no encontro constavam a criação de uma Comissão Nacional de Mobilização e Organização dos Servidores Públicos Federais e a realização, em 1986, do I Congresso Nacional dos Servidores Públicos Federais.

1986

Realiza-se em São Paulo, nos dias 15 e 17 de dezembro, o I Congresso Nacional dos Servidores Públicos Federais, o qual reiterou a luta dos servidores de todo o Brasil pelo direito à sindicalização e o direito à greve e deliberou pela criação de uma Coordenação Nacional de Entidades.

1987

De 26 a 28 de agosto realizou-se o I Congresso dos Servidores Públicos Federais do DF, que teve como objetivo maior a criação do sindicato. Nesse ano, todas as condições para a criação do sindicato estavam lançadas. A consolidação desse objetivo foi um salto importantíssimo na organização da categoria. Um sindicato independente e autônomo em relação ao governo, de base, democrático e combativo foi criado.

Um sindicato que representa a determinação daquela parcela de servidores que, acreditando ser necessário organizar sindicalmente a categoria, não vacilou em conduzir conscientemente o movimento para concretizar aquilo que parecia ser um sonho no início dos anos 80. ■



Congresso que fundou o Sindsep-DF reúne 274 delegados

SINDSEP-DF: 30 anos de luta em defesa do serviço público e de seus servidores

*Jacy Afonso

A história de organização dos trabalhadores no Brasil acontece há muitos anos. Tivemos organizações que nasceram há tempos. A primeira organização de trabalhadores aconteceu em 1906: a Confederação Operária Brasileira – COB.

Em todo esse tempo temos muita história de organização dos trabalhadores. Até 1930, quando iniciou o governo Getúlio Vargas, havia liberdade de organização sindical. Isso significa que cada entidade se organizava de acordo com decisão de sua base, por decisão de cada trabalhador, de cada segmento.

A partir de Vargas se determina o registro sindical no Ministério do Trabalho. E não havia a previsão da organização de sindicatos de servidores públicos porque nosso modelo foi copiado da Carta del Lavoro (Carta do Trabalho) italiana, que definia um modelo de organização que tinha um entendimento de harmonizar a relação entre trabalhadores, patrões e governo. Se os funcionários públicos eram funcionários governamentais não tinham necessidade de se organizarem em sindicatos porque o próprio governo cuidaria de seus servidores, em todas as suas três instâncias: federal, estadual e municipal.

Nesse período os trabalhadores se organizavam em entidades que não eram sindicais. Eram instituições associativas e recreativas. Isso significa que



temos entidades de servidores há tempos no Brasil. As associações passaram a ter características de organização sindical e promoveram greves pelo país, nas universidades, na previdência e em outros órgãos. E todo esse processo ocorreu, inclusive, durante a ditadura militar. Mas com caráter de classe teremos consagrada pela Constituição Brasileira de 1988.

Não podemos esquecer que a retomada da luta pela liberdade de organização sindical começa ainda na ditadura militar, com a ação dos metalúrgicos do ABC em 1978, liderados por LULA, que provoca um despertar da consciência dos trabalhadores em várias categorias pelo Brasil.

Cinco anos depois, 28 de agosto de 1983, fundamos a Central Única dos Trabalhadores - CUT. Sem esquecer que a primeira direção da Central teve

uma companheira servidora pública de Brasília, Maria Laura, principal referência de liderança dos servidores públicos brasileiros.

Maria Laura teve um papel fundamental no processo e na organização sindical dos servidores públicos. Mesmo antes da Constituição de 1988, em Brasília, no dia 28 de agosto de 1987, foi fundado o Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal – Sindsep-DF. E tive o prazer de ser delegado na fundação do Sindsep, neste período (Constituinte) trabalhava na Câmara dos Deputados, na mesma data do Dia do Bancário.

O processo de fundação do primeiro sindicato de servidores públicos do Brasil, a unidade foi um fator determinante. Era um sindicato amplo, que representava todos os servidores federais no Distrito Federal: do Executivo, Legislativo e Judiciário.

A busca pela construção da unidade com todos os segmentos fez com que a companheira Maria Laura abrisse mão de sua candidatura natural à presidência do Sindsep. O primeiro presidente do Sindicato foi o companheiro Antônio Rodrigues, da base da Previdência. Na primeira eleição direta do Sindicato a Maria Laura foi eleita presidenta da Entidade e liderou momentos importantes de lutas e greves em todo o Brasil na resistência ao governo Collor, que atacava os direitos dos servidores públicos. Essa liderança levou Maria Laura a

ser deputada federal, pelo PT, por dois mandatos.

Após a eleição de Maria Laura como deputada federal, assume a direção do Sindicato o combativo companheiro Chico Zócolli e, em seguida, Luís Fernando. Ambos nos deixaram de forma prematura, mas antes de sua partida nos apontaram a necessidade de construir uma entidade nacional de servidores.

Fundaram a Condsef, também no dia 28 de agosto. Nos convenceram de que as lutas dos servidores deveriam ser internacionais, nesse sentido realizaram o ELASP Encontro Latino-Americano dos Servidores Públicos, posteriormente, a Condsef se filiou à ISP Internacional dos Servidores Públicos.

Portanto, o processo de organização do sindicato foi riquíssimo, dando grande importância aos 30 anos de existência do Sindsep, que se caracterizam em três décadas de luta pelos direitos à sindicalização, pela estabilidade do servidor público, em defesa dos direitos, levando a entidade a ser representativa e com força para defender o interesse dos trabalhadores, independentemente de quem fosse o presidente da República.

“
**No processo de
 fundação do
 primeiro sindicato
 de servidores
 públicos do
 Brasil, a unidade
 foi um fator
 determinante**
 ”

O Estatuto do Sindsep não tem mais a figura de presidente. Mas sob a liderança, do secretário-geral, companheiro Oton Neves, se mantém um sindicato unitário, de luta, com uma diretoria que fortalece o papel dos servidores públicos do DF.

O Sindsep é uma entidade muito importante para o conjunto dos trabalhadores, com característica classista, pois além de organizar os servidores públicos, participa junto à CUT da organização do conjunto dos trabalhadores. E nesse momento de um governo

ilegítimo, que ataca fortemente os direitos dos trabalhadores, pela EC 95/2016 que limita os gastos pelos próximos 20 anos, pela ampla terceirização, pela reforma trabalhista que desmonta todo o serviço de proteção de direitos. E agora envida esforços na luta contra reforma da previdência.

Diante de tudo isso, estou certo de que, da mesma forma que esse sindicato atuou fortemente em defesa dos interesses da categoria e da classe trabalhadora em seus 30 anos de existência, os servidores públicos do DF podem continuar contando com a disposição de luta do sindicato.

O Sindsep terá nos próximos 30 anos um papel importante em defesa do serviço público de qualidade, com trabalhadores que possuam direitos respeitados. Esse papel, neste momento se amplia e tem maiores exigências em defesa de sua base e de todos os trabalhadores brasileiros.

Parabéns ao Sindsep pelos 30 anos. Viva os servidores públicos. Viva a resistência da classe trabalhadora nacional e mundial. ■

*Jacy Afonso de Melo é um dos fundadores do Sindsep-DF, foi presidente da CUT-DF e integrou a Executiva da CUT Nacional



1992: ato organizado pelo Sindsep-DF exige “Fora Collor”



2016: ato contra o golpe e pelo “Fora Temer”

Carreiras, planos e armadilhas

Conquistas que são fruto de uma árdua luta da categoria

Foi uma longa jornada percorrida nesses 30 anos. Da luta pelo enquadramento dos tabelistas – nos primeiros anos da entidade – até a criação dos atuais planos de carreira. Houve avanços, sim! E eles precisam ser comemorados. Imaginar que ainda em 2008, grande parte dos servidores recebia em seus contracheques complementação salarial porque o vencimento básico era abaixo do salário mínimo. Questão superada após a conquista da incorporação da GAE (Gratificação de Atividade Executiva) ao vencimento básico, a partir de 1º janeiro de 2009. Instituída pela Lei 11.784 (22/09/2008). Atendida no segundo mandato de Lula, a incorporação é fruto de uma luta iniciada anos antes e que integrou as reivindicações da categoria por sucessivas campanhas salariais.

Antes, porém, a unidade e organização dos servidores forçou o governo a adotar uma política de valorização do funcionalismo, que levou a criação em 2006 (1º mandato de Lula) do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (CPST) – que agregam a maior parte dos servidores oriundos do antigo Plano de Classificação de Cargos (PCC) – e de planos correlatos, como o Plano Especial de Cargos da Cultura; o Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ); e o Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas (PCCHFA), entre outros (veja página 15).

“
Até 2008,
grande parte
dos servidores
recebia em seus
contracheques
complementação
salarial”

No entanto, outros problemas surgiram junto com esses planos. Mas antes de falar desses problemas, é necessário ressaltar que todas essas conquistas são fruto de uma árdua luta de toda categoria, impulsionada pelo Sindsep-DF, Condsef e CUT, para corrigir distorções e injustiças acumuladas ao longo de muitos anos. Foi graças a essa organização da ca-

tegoria que muitos setores avançaram em suas reivindicações. Muitas vezes, adotando a greve como instrumento de pressão.

Os servidores da Funai, por exemplo, após muita determinação, conquistaram a GDAIN – Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista (Lei nº 11.907/2010). “A nova tabela remuneratória surtiu um efeito revitalizador na fundação, o que foi naquele momento um passo muito importante para o setor. Porém, para que a política indigenista seja efetivada plenamente ainda é necessária a estruturação do Plano de Carreira Indigenista (PCI), bem como a abertura de concurso público, além da revogação do Decreto 9.010, de 23 de março de 2017”, afirma a coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora, Thereza Chistina de Alencar Silveira, servidora da Funai. O decreto 9.010, que reestrutura a Funai e extingue cargos comissionados, é mais uma medida do governo golpista



Marcha dos Servidores realizada em 21 de março de 2006



de desmonte do serviço público e ataque às minorias.

Já os servidores da Funasa e do Ministério da Saúde conquistaram a Gacem/Gecen – Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias e Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias (Lei 11.784/2008), como forma de valorizar os trabalhadores que atuam no combate à dengue e outras endemias.

O Sindsep-DF também teve papel preponderante nas lutas dos servidores da Funasa e do Ministério da Saúde cedidos ao

GDF, destacando-se a conquista da Pasus e seus consequentes reajustes. Durante o governo Agnelo (PT), os servidores conquistaram importantes reajustes. A luta agora é pelo recebimento da última parcela do reajuste conquistado, pois o governo Rollemberg insiste em não cumprir a lei.

As carreiras dos servidores do FNDE e do INEP (Lei 11.357/2006) são outro exemplo de conquista fruto da greve de 2006, uma das mais longas do funcionalismo.

Porém, nem todos os setores do Executivo conquistaram as melhorias desejadas. Os servido-

res administrativos da Advocacia-Geral da União (AGU), depois de muito exigir, viram sair do papel o Plano Especial de Cargos - PEC-AGU. Porém, o golpista Temer, vetou a criação da carreira na Lei 13.328/16, mantendo a categoria no PGPE. Ele também vetou a modernização da carreira de Especialista do Banco Central com transposição do cargo de Técnico do Bacen de nível médio para o superior (Lei 13.327/16). Ambas reivindicações históricas dos setores e que foram acordadas com a presidente Dilma Rousseff na Campanha Salarial 2015. ■

Bombom envenenado

Embora representem uma melhoria salarial, as gratificações de desempenho (GDs) são um instrumento perigoso que exige atenção dos servidores.

Sob a capa da “modernidade” e da “gestão por competência”, as GDs chegaram como uma nova ofensiva para impor a quebra da paridade em todos os setores, acabar com a estabilidade do servidor e abrir caminho

para as demissões no serviço público (avaliações de desempenho). Essas medidas tinham a intenção de acelerar e concluir a implementação da política iniciada pela contrarreforma administrativa, implementada por FHC-Bresser Pereira por meio da Emenda 19/1998.

“O Sindsep-DF está atento aos projetos em tramitação que viabilizam a demissão de servi-

dores por suposta insuficiência de desempenho e luta para incorporar as GDs ao VB de ativos e aposentados”, lembra Pedro de Alcântara Costa, coordenador da Secretaria de Organização e Patrimônio. Consequência dessa luta é a incorporação das GDs aos proventos de parte dos aposentados, resultado da Campanha Salarial 2015 (mais sobre o tema na página 47) ■

Planos e carreiras que compõem o Executivo Federal

CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998

PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE TECNOLOGIA MILITAR

Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998

CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002

QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Lei nº 10.480, de 2 julho de 2002

PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003

CARREIRA DO SEGURO SOCIAL

Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004

CARREIRA DE AUDITOR FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO

Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS (PCC)

Lei nº 9.367/96 e Lei nº 6.550/789

CARREIRAS E PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004

PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005

PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005

PLANO DE CARREIRAS PARA A ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006

EMPREGOS PÚBLICOS DE AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006

CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO

Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO)

Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI)

Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, PRODUÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

CARREIRAS E PLANOS ESPECIAIS DE CARGOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP E DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO

Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR

Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006

PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005

CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005

PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008

GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE

ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS - GECEN E DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS - GACEN

Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008

PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008

CARREIRAS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008

PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008

CARGO DE TÉCNICO DE PLANEJAMENTO P-1501 DO GRUPO P-1500

Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008

PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008

PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009

QUADRO DE PESSOAL DA IMPRENSA NACIONAL

Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009

QUADRO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009

PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009

CARGOS ESPECÍFICOS

Lei 12.277, de 30 de junho de 2010

SERVIDORES DO INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INMET E DOS SERVIDORES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC

Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012

QUADRO EM EXTINÇÃO DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Lei nº 13.026, de 3 de setembro de 2014

Contra a guerra e a exploração

Capitalismo quer se salvar de sua crise mundial atacando trabalhadores e povos

Júlio Turra*

Por ocasião do 30º aniversário do Sindsep-DF, é importante destacar que, ao longo de sua trajetória de luta, o internacionalismo sempre esteve presente.

Foi assim na própria conferência, realizada em Barcelona, que fundou o Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT) em 1991, que convoca para dezembro deste ano de 2017 a sua 9ª Conferência Mundial Aberta, com a participação da ex-dirigente e fundadora do Sindsep-DF Maria Laura Pinheiro. Também em 1991, o sindicato sediou o 1º Encontro



Latino-americano em defesa dos Serviços Públicos e das empresas estatais (ELASPE) em Brasília.

Desde então, o Sindsep-DF, através de dirigentes por ele man-

datados – como Luiz Fernando (já falecido), Chico Machado, Luiz Bicalho, Ismael César, Edison Cardoni – participou de iniciativas impulsionadas ou com a participação do AcIT nos planos continental e mundial.

Iniciativas que buscavam tecer laços de solidariedade e ação comum entre organizações sindicais, políticas e populares contra a ação destruidora do imperialismo e em defesa dos direitos sociais, trabalhadores e da soberania dos povos.

Neste mesmo quadro se insere a Conferência Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração, que se realizará em Argel (capital da Ar-



Recém-criado, Sindsep-DF é a entidade do Brasil que recebe o I ELASP



Nesses 30 anos, o Sindsep-DF participou e organizou protestos e atividades contra a ação destruidora do imperialismo

gélia, norte da África) nos dias 8, 9 e 10 de dezembro próximo.

O quadro atual da situação mundial

A cada dia se confirma que a única saída que o imperialismo tem para a sua própria crise – da qual o governo Trump dos EUA é uma expressão maior – senão a extensão de guerras (como no Oriente Médio e na África) e a intensificação da exploração da classe trabalhadora.

Assim, uma ofensiva de destruição de direitos sociais (como a aposentadoria) e trabalhistas se dá inclusive em países que, até pouco tempo atrás, ostentavam seu “alto grau de civilização”, como França, Alemanha, Itália e Reino Unido. Ao mesmo tempo, a “ameaça do terrorismo” é utilizada pelas grandes potências, a começar pelos EUA, como pretexto

“
**Ao mesmo tempo,
 a ameaça de
 terrorismo é utilizada
 como pretexto para
 novas guerras**
 ”

para novas guerras, que atacam a soberania dos povos e nações, e para aumentar a exploração dos trabalhadores e a privatização dos recursos naturais, empresas e serviços públicos.

É o que vemos hoje no cerco imperialista à Venezuela, no golpe promovido no Brasil, na ocupação militar no Haiti, para ficar em exemplos do nosso continente.

O que torna de enorme atualidade as questões que concentram a pauta da Conferência de Argel em dezembro:

Que primeiras lições podemos tirar dos combates engajados pela classe operária, a juventude e os povos oprimidos neste novo período?

Que lições tirar do posicionamento político de diferentes forças e correntes que se reivindicam do movimento operário e anti-imperialista?

Que lições tirar dos métodos adotados em cada um de nossos países para superar os obstáculos encontrados e dar os primeiros passos sérios no agrupamento em massa da classe trabalhadora no seu próprio terreno?

Como nos apoiar, uns e outros, nessa batalha? ■

* Júlio Turra é membro da Executiva da CUT Nacional



Greve, direito dos trabalhadores



A primeira greve organizada pelo Sindsep-DF foi em outubro de 1988. Além das conquistas salariais, a mobilização contribuiu para a consolidação do sindicato e conseguiu um feito histórico, unificar a categoria em todo país, impulsionando a fundação de sindicatos estaduais

Na Constituição de 1988 foi garantido o direito de greve dos trabalhadores do setor público. Esta conquista foi resultado da pressão da categoria que naquela década era um dos setores de trabalhadores que mais entrava em greve, pois sofria com o constante arrocho salarial.

E logo após a promulgação da Constituição, o Sindsep-DF organizou sua primeira greve, deflagrada em 13 de outubro de 1988 e que em alguns setores se estendeu por mais de 40 dias. Com a greve conquistaram a devolução da URP, um abono salarial e a garantia da continuidade das negociações da campanha salarial. O que significou uma grande vitória, visto que no início da paralisação, o governo

Sarney se recusava a abrir negociações, alegando que a greve era ilegal por não estar ainda regulamentada.

A mobilização também trouxe

avanços para a organização da categoria, como a conquista da consciência coletiva e o resgate da dignidade do servidor. Mas o maior saldo daquela greve foi



a consolidação do Sindsep-DF, pois até aquele momento os servidores não haviam vivenciado uma experiência na qual o sindicato se colocasse de maneira prática na condução da luta da categoria.

Além da formação de comandos locais, que ajudou a organização da greve no DF, nacionalmente, o movimento paredista conseguiu um feito histórico: unificar a categoria em todo país, impulsionando a fundação de sindicatos estaduais, nos moldes do Sindsep-DF, e conquistando uma reposição salarial para todos os servidores.

No ano seguinte, mais duas greves foram realizadas pelo sindicato, em junho e depois outubro/novembro de 1989, com a campanha “somos civis e não servis”. Na primeira, os servidores conseguiram suspender o congelamento salarial. Na outra, conquistaram a reposição das perdas salariais e os 26,06% do Plano Bresser, elevando o piso salarial da categoria e avançando nas discussões para a isonomia. Mas a principal vitória veio com a derrota de Sarney nas urnas, em 15 de novembro.

■ Sem regulamentação

Ao longo desses 30 anos, muitas outras greves foram realizadas. Na maioria delas, os servidores sofreram algum tipo de repressão, desde a armada (como as que ocorreram nos governos Sarney e Collor) até o desconto nos salários e o corte do ponto, além da perseguição a sindicalistas com demissões injustificadas.

Porém, em todas as greves a categoria saiu vitoriosa. Não apenas pelos ganhos financeiros, mas principalmente pelo fortalecimento da unidade dos



servidores que foi responsável por avanços em conquistas históricas do setor, como o Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90), a tabela salarial única (Plano de Classificação de Cargos) e os atuais planos de carreira dos diversos setores.

Porém, até os dias atuais, os sucessivos governos não se preocuparam em regulamentar a greve no setor público. Ao contrário, a intenção sempre foi inviabilizar o movimento. São inúmeros os projetos antigreve que tramita-

ram ou estão em tramitação no Congresso Nacional, ora enviados pelo próprio Executivo, ora apresentados por parlamentares aliados ao governo. Mas a pressão dos servidores, organizados em suas entidades representativas, os sindicatos classistas, a Condsef e a CUT, inviabilizou o progresso de todos eles.

■ Criminalização do movimento

Com o passar dos anos, os governos começaram a investir em outras formas de coibir as



greves. Além do uso da violência armada, do corte do ponto e desconto nos salários, deu-se início a criminalização e judicialização das greves. Como decorrência, em 2007, o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu que em virtude da falta de regulamentação do direito garantido na Constituição, aplica-se aos servidores públicos a lei de greve dos empregados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas no seu regime previsto para as atividades essenciais. “É um regime severo, cheio de restrições e que tem inviabilizado, muitas vezes, o direito de greve”, afirma Aldenora Maria de Oliveira, coordenadora da Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia do Sindsep-DF.

Em 2016, o mesmo tribunal decidiu em julgamento de Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, que a administração pública deve fazer o corte do ponto dos grevistas, com a possibilidade de compensação dos dias parados mediante acordo. Vale lembrar, que o STF é a



mesma instituição que em 1964 participou e deu cobertura ao golpe de Estado que instituiu a ditadura militar, e agora, em 2016, apoiou o golpe que destituiu a presidente Dilma Rousseff para viabilizar a retirada de direitos da classe trabalhadora – reformas da Previdência (PEC 287/2016) e trabalhista (Lei nº 13.467/2017), terceirização sem limites (Lei 13.429/2017), congelamento salarial (EC 95/2016), entre outras ainda em curso.

Com a onda de greves deflagradas após o golpe, o governo usurpador de Temer tenta aprovar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 710/2011, que inviabiliza o movimento pardista no setor público. O líder do governo no Senado na época, Aloysio Nunes (PSDB-SP) – autor da matéria – defendeu a votação do projeto



em regime de urgência. O argumento dos senadores favoráveis ao projeto era de impedir a paralisação em serviços considerados essenciais, como saúde e segurança pública, por exemplo.

Mas até o momento, em função dos vários escândalos envolvendo o golpista Temer, o requerimento de urgência não foi votado. Caso seja aprovado, o projeto deixa de ser analisado nas comissões e



passa a ser votado diretamente no plenário.

O Sindsep-DF desde o início se posicionou contrário ao projeto por considerar que ele inviabiliza

o direito de greve dos servidores. O texto, cuja tramitação estava parada desde 2015, prevê que o mínimo de servidores públicos que devem continuar trabalhando du-

rante as greves é de 30% para atividades consideradas não-essenciais e 50% para serviços essenciais, como saúde, abastecimento de água, energia e combustíveis. ■







Da fundação às conquistas, três décadas de luta






I Congresso dos Servidores Públicos Federais do DF, realizado de 26 a 28 de agosto de 1987, em Brasília

Nesse período, o Sindsep-DF protagonizou conquistas como direito à greve e à sindicalização, RJU, estabilidade e concurso público

Fundado em 28 de agosto de 1987, antes mesmo de promulgada a Constituição que consolidou o direito dos servidores à livre associação sindical, o

Sindsep-DF ao longo de três décadas não apenas testemunhou como participou ativamente de momentos históricos do País. Ainda em 1987, fez parte do pro-

cesso constituinte organizando os servidores no sentido de garantir na Constituição conquistas importantíssimas e até então inéditas para o funcionalismo

José Sarney		Fernando Collor	
1987	1988	1989	1990
<p>1987</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ 274 delegados servidores públicos participam do I Congresso de Servidores Públicos Federais do DF, em 28/08, que fundou o Sindsep-DF e elegeu a diretoria provisória da entidade, presidida por Antônio Rodrigues Pereira, que ficou no cargo no período de 28/08/1987 a 06/07/1988. 		<p>1990</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Inauguração da sede do Sindsep-DF (23/10). Até então, o sindicato funcionava em sala cedida pela associação dos trabalhadores da CIBRAZEM ◆ Regulamentação do RJU - Regime Jurídico Único (Lei 8.112, de 11/12) ◆ Conquista da Assistência à Saúde (Art. 230, Lei 8.112) ◆ Tem início a demissão de cerca de 120 mil empregados e servidores públicos 	
<p>1988</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Em 06/07 é realizado o II Congresso de Servidores Públicos Federais no DF, que elegeu a diretoria do Sindsep-DF biênio 1988-1990, presidida por Maria Laura Sales Pinheiro, aprovou o estatuto da entidade e fixou o valor da contribuição sindical mensal ◆ Em 27/09 é realizada assembleia geral que ratificou as decisões do I e do II Congresso de Servidores ◆ A luta organizada dos servidores insere na nova Constituição as conquistas da estabilidade (Art. 41), concurso (Art. 37, II), sindicalização 		<p>(Art. 37, VI), direito de greve (Art. 37, VII) e Regime Jurídico Único (Art. 39)</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Em 13/10 os servidores realizam a primeira greve organizada pelo Sindsep-DF e a maior até então do serviço público federal 	<p>1991</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Sindsep suspende na Justiça a cobrança do Imposto Sindical a todos os servidores (21/03)

público, como o direito à greve e à sindicalização, concurso público, estabilidade no emprego, Regime Jurídico Único (que deu origem à Lei 8.112/90) e aposentadoria por tempo de serviço.

O sindicato também foi pioneiro na luta para a liberação do FGTS; a implantação da GAE – Gratificação de Atividade Executiva (160% de reajuste) e mais tarde a sua incorporação ao Vencimento Básico; o retorno dos demitidos do Governo Collor (Lei 8.878/94); a conquista de planos de carreiras específicos; entre tantas outras garantias.

Consciente de seu papel transformador, o Sindsep-DF também foi um dos protagonistas do impeachment do presidente Collor

e da eleição do primeiro presidente operário, Luiz Inácio Lula da Silva. Já na história recente do Brasil, o sindicato foi um dos primeiros a alertar os trabalhadores sobre o golpe de Estado que

culminou com a saída da presidente legitimamente eleita, Dilma Rousseff, a criminalização dos movimentos sociais e sindicais, e a retirada de direitos da classe trabalhadora.



Servidores aderem à Greve Geral dos trabalhadores, em 30 de junho de 2017

Itamar Franco | Fernando Henrique Cardoso

1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996

1992

- ◆ Conquista da GAE - Gratificação de Atividade Executiva (foto), que era paga mensalmente aos servidores no percentual de 160% calculado sobre o vencimento básico. Inicialmente, a gratificação foi parcelada em 5 vezes: 80% a partir de 1º/08; 100% a partir de 1º/10; 120% a partir de 1º/11; 140% a partir de 1º/02/1993; e 160% a partir de 1º/04/1993. A rubrica compôs o contracheque dos servidores até o final de 2008
- ◆ Criação pelo Sindsep-DF da Comissão de Demitidos do Collor
- ◆ Conquista do auxílio-alimentação (Lei 8.460, de 17/09)
- ◆ Abertura de Impeachment contra Collor, que culminou na sua renúncia em 29/12



1993

- ◆ Após pressão do sindicato, Câmara aprova PL de retorno dos demitidos do Collor
- ◆ Conquista da transposição dos agentes de vigilância do nível de apoio para o intermediário
- ◆ Integração do sindicato no Movimento contra a Revisão Constitucional (foto)
- ◆ Sindsep-DF alcança a marca de 20 mil filiados
- ◆ Conquista do auxílio pré-escolar (Decreto 977, de 10/11 e Instrução Normativa SAF 12, de 23/12)
- ◆ Conquista da liberação do saque do FGTS dos servidores que em 11/12/1990 passaram de celetistas para estatutários



1994

- ◆ É publicada a Lei 8.878, de 11/05, que anistia os demitidos do Collor e proporciona o retorno de 42 mil trabalhadores em todo o País

1995

- ◆ FHC interrompe o retorno dos demitidos do Gov. Collor e anula grande parte das anistias já concedidas
- ◆ FHC envia ao Congresso a PEC 173/95 da Reforma Administrativa

1996

- ◆ Tem início o PDV/PDI (Programa de Demissão Voluntária ou Incentivada) que resultou na demissão de 5 mil servidores
- ◆ Governo congela o salário de servidores
- ◆ Sindsep-DF ganha na Justiça as primeiras ações para garantir os 28,87% (reajuste concedido aos militares em jan/93). São ajuizadas ações pelos 3,17% (no reajuste dos militares em jan/95) e para a correção do FGTS

■ **Bandeiras de luta**

Sem nunca abrir mão de nenhum direito conquistado e na defesa intransigente de avanços não apenas para os trabalhadores do serviço público, mas para toda a população brasileira, o sindicato vem ao longo desses anos levantando bandeiras em defesa da reforma agrária, da Petrobrás

e do pré-sal, dos direitos dos indígenas, de um serviço público gratuito e de qualidade, contra as privatizações, o desmonte do Estado e o sucateamento dos órgãos federais, as demissões arbitrarias de servidores, as perseguições a sindicalistas e toda e qualquer retirada de direitos dos trabalhadores.

Da mesma forma que enfrentou com ousadia os governos de José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso – que buscavam a todo custo implantar o Estado mínimo –, o sindicato também foi firme ao cobrar dos governos de Lula e Dilma o atendimento das reivindicações do funcionalismo público, organi-

Fernando Henrique Cardoso

1997

1997

◆ É publicada a Lei 9.527 de 10/12, que alterou a Lei 8.460/92, que trata da concessão do auxílio-alimentação

1998

◆ É promulgada a Emenda Constitucional nº 19, de 4/06 (Reforma Administrativa) que retira uma série de direitos dos servidores
 ◆ É promulgada a Emenda Constitucional nº 20, de 15/12, a Reforma da Previdência que altera as regras de aposentadoria dos servidores
 ◆ Governo suspende concursos públicos, aumenta a contribuição previdenciária dos servidores ativos e institui a cobrança da contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas, até então isentos
 ◆ Inauguração da sede própria do Sindsep-DF (16º e 17º andares do Ed. Seguradoras, SBS) em 2/07

1999

◆ Os servidores organizados pelo Sindsep-DF integram a Marcha dos 100 mil em Brasília, realizada no dia 26/08, contra a corrupção no governo FHC. O Sindsep-DF levou para a Esplanada a bandeira “Fora FHC e FMI!”
 ◆ Governador Roriz manda derrubar as instalações do Espaço do Servidor, na Esplanada dos Ministérios (foto)

1998

2000

◆ Organizados pelo Sindsep-DF, Condsef e CUT, os servidores realizam uma marcha na Esplanada que reúne 10 mil trabalhadores no dia 24/05, contra o arrocho salarial e pela reposição de 63,68% das perdas acumuladas em 6 anos de Plano Real e congelamento salarial



2000

2001

◆ Servidores realizam nova marcha a Brasília, no dia 05/04, organizados pelo Fórum Nacional de Lutas, exigindo reajuste de 75,48%



◆ Em abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) julga inconstitucional o congelamento salarial de servidores, em Adin proposta pelo PT e pelo PDT
 ◆ É publicado o Decreto 3887, de 16/08, que regulamenta o pagamento do auxílio-alimentação
 ◆ Servidores em greve protestam na Câmara dos Deputados exigindo a incorporação da GAE ao VB, dia 4/09 (Foto)
 ◆ No final do ano, governo concede reajuste linear de 3,5%, após seis anos de congelamento



zando greves e atos históricos, se posicionando contra vários projetos nocivos aos servidores.

A política internacional imposta pelo FMI (Fundo Monetário Nacional) e os Estados Unidos também foi amplamente combatida pelo Sindsep-DF e seus diretores. Hoje, a luta é contra a política de pagamento dos juros da dívida pública, em benefício de banqueiros e grandes empresários, com o corte das despesas primárias (salários de servidores, investimentos em saúde, educação e áreas sociais), como o que pretende a EC 95/2016, fruto do golpe contra os trabalhadores.

■ Luta integrada

Para fortalecer a entidade na luta por melhores salários e condições de trabalho, ainda no II Congresso de Servidores Públicos Federais (06/06/1988) foi aprovada a filiação do Sindsep-DF à CUT – central que agrupa o maior número de trabalhadores do país e que é o grau mais elevado de construção da unidade dos trabalhadores – unindo os servidores e empregados públicos aos demais trabalhadores do setor público e da iniciativa privada, do campo e da cidade.

Para fortalecer a luta do funcionalismo, em 1990, o Sindsep-

DF impulsionou a fundação da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condef), conferindo representatividade nacional aos servidores e empregados públicos, uma necessidade imperiosa não apenas naqueles dias, mas atualmente, pois é a unidade de todo o funcionalismo que vem garantindo as conquistas da categoria. Em 2016, o sindicato também apoiou a fundação da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Fenadsef), outra grande conquista da categoria em busca do fortalecimento nacional do funcionalismo.

Fernando Henrique Cardoso
Luiz Inácio Lula da Silva

2002
2003
2004
2005
2006

2002

◆ Trabalhadores reagem ao arrocho e retirada de direitos elegendo o primeiro presidente operário do País, Luiz Inácio Lula da Silva. O Sindsep-DF realizou ampla campanha em apoio a Lula, exigindo que fosse incluída em sua plataforma de governo a reabertura de concursos públicos, política de valorização do funcionalismo e retorno dos demitidos do governo Collor

2004

◆ Lula, honrando um compromisso de campanha, edita os Decretos nº 5.115 e 5.215, que instituíram a Comissão Especial Interministerial (CEI) para analisar os atos administrativos que promoveriam a volta dos demitidos do Governo Collor



2006

◆ Fruto da luta pela valorização do funcionalismo, o governo cria o PGPE e a CPST (MPs 304 e 305, de 30/06) que integram grande parte dos servidores do Executivo que pertenciam ao Plano de Cargos e Salários (PCC – chamado de carreirão), além de outros planos específicos



2003

◆ Sindsep-DF convoca servidores para integrar a marcha contra a Reforma da Previdência, dia 11/06, que reuniu centenas de trabalhadores na Esplanada

◆ É promulgada a Reforma da Previdência, Emenda Constitucional nº 41, de 19/12.



2005

◆ Promulgação da Emenda Constitucional nº 47, de 5/07, resultado da pressão dos trabalhadores pela revogação da EC 41, a emenda é uma tentativa de amenizar os efeitos da primeira, garantindo a paridade e a integralidade aos servidores que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998



■ **Contra o Imposto Sindical**

O Sindsep-DF nasceu com a missão de organizar os diversos setores que compõem o funcionalismo público federal no DF com autonomia diante do Estado. Por isso, até os dias de hoje, seu sustento é baseado unicamente na contribuição voluntária dos seus filiados. Assim, desde a sua fundação, o sindicato devolve aos trabalhadores o valor recebido

referente ao Imposto Sindical.

Na defesa de um sindicato autônomo, independente e democrático, ganhou em 21 de março de 1991, ação na Justiça Federal que suspendeu a cobrança do imposto para os servidores públicos federais. Aos empregados públicos que ainda têm o imposto descontado, o sindicato devolve anualmente o valor referente ao percentual recebido.

■ **O alerta do golpe**

Ainda em 2013, antes das eleições para o 2º mandato da presidente Dilma Rousseff, o Sindsep-DF já alertava a categoria sobre os riscos da judicialização da política, e defendia a anulação da Ação Penal 470 (que levou à prisão de José Dirceu e José Genoino, entre outros integrantes do PT). Naquele ano, o sindicato alertava a categoria das intenções da elite brasileira de retomar

Luiz Inácio Lula da Silva

2007

2007

◆ Greves e manifestações dos servidores, impulsionadas pela CUT, Condsef e Sindsep-DF, pressionaram o governo a assinar acordos e abrir negociações. O enfrentamento político contra proposições como o PLP 01 (congelamento salarial) elevou o nível de organização, experiência e consciência da categoria



2008

2008

◆ Servidores conquistam reajuste salarial e incorporação da GAE (Gratificação de Atividade Executiva) ao vencimento básico (MP 431, de 14/05, instituída pela Lei 11.784, de 22/09). A GAE foi incorporada ao VB a partir de 1º/01/2009

◆ Conquista da ampliação da Licença Maternidade de 120 para 180 dias (Lei 11.770, de 09/09)

◆ 13º Congresso do Sindsep-DF (de 23 a 25/04) altera o Estatuto do sindicato para a implementação das Seções Sindicais e eleição do Conselho Fiscal em chapa separada da Diretoria



2009

2009

◆ Conquista do reajuste das diárias de viagem após nove anos de congelamento

◆ Sindicato integra campanha "O pré-sal é nosso", organizada pela CUT e movimentos sociais em defesa do petróleo e da Petrobras

◆ Sindicato se manifesta contra a MP 458 (autoriza a distribuição de 67 milhões de hectares de terras na Amazônia)

◆ Categoria luta pela abertura das negociações e cobra atendimento das reivindicações (foto)



2010

◆ É publicada a Lei 12.277, de 30/06, que cria estrutura remuneratória especial para cinco categorias de nível superior: engenheiro, arquiteto, economista, estatístico e geólogo

◆ Servidores e índios pedem a revogação do Decreto 7.056/09, contra o desmonte da Funai

◆ Sindsep-DF integra campanha pela retirada das tropas brasileiras do Haiti

◆ Tem início a campanha de extensão da Lei 12.277 para todos os servidores



a presidência do País fazendo uma campanha negativa do PT. “Dissemos para a categoria que não temos saudades do governo FHC, mas que era imperiosa a nossa unidade para arrancar do governo Dilma nossas reivindicações”, lembra Oton Pereira Neves, secretário-geral do Sindsep-DF. A resposta do povo veio nas urnas. Em 26 de outubro de 2014, Dilma foi reeleita com 54 milhões de votos.

Mas os golpistas não se deram por vencidos. E, em 2 de dezembro de 2015, o deputado Eduardo Cunha abriu o processo de impeachment contra a presidente. Com o apoio da elite brasileira, dos grandes banqueiros e da mídia e com a conivência do Judiciário, no dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff teve o seu mandato cassado pelo Senado Federal.

É importante ressaltar que o impedimento da presidente de-

mocraticamente eleita foi votado e aprovado por um parlamento formado em sua maioria por corruptos que estão contra o povo brasileiro, os mesmos que aprovaram a EC 95/2016 (congela o salário dos servidores por 20 anos e reduz investimentos em saúde, educação e áreas sociais); a terceirização sem limites (Lei 13.429/2017) – que possibilita a terceirização de áreas fins no serviço público e precariza

Dilma Rousseff

2011

2012

2013

2011

- ◆ O Sindsep-DF realiza intensa campanha pela extensão da Lei 12.277/10 e cria o “Acampamento dos Excluídos”, no Espaço do Servidor, mantido por 39 dias
- ◆ Em 26/10, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) estendeu aos anistiados retornados à Conab os cinco níveis concedidos sem avaliação e a título de merecimento aos trabalhadores da Companhia. A extensão compreendeu 25% de reajuste no salário retroativo a data de retorno do empregado

- ◆ Procuradoria-Regional da União (PRU) da 1ª Região firma um Termo de Conciliação com o Sindsep-DF (foto) reconhecendo o direito dos aposentados na ação sobre o pagamento da diferença das gratificações de Desempenho Técnico-Administrativo (GDATA) e de Desempenho da Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte (GDPGTAS)
- ◆ São publicados os Decretos nº 7.629 (1º/12), 7.645 e 7.651 (22/12), que regulamentam a progressão dos servidores



do DNIT e DNPM, dos empregados públicos do HFA e dos servidores do FNDE e INEP, respectivamente

2012

- ◆ 15º Congresso do Sindsep-DF (08/12) aprova a incorporação da luta pelo retorno dos PDVistas (demitidos de FHC)
- ◆ Lei nº 12.618, de 30/04, instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos federais e cria o FUNPRESP-Exe
- ◆ Impulsionados pelo Sindsep-DF, servidores realizam greve de 72 dias que forçou o governo a sair do zero de reajuste



- ◆ Reajuste do auxílio-alimentação para R\$ 373,00, a partir de 1º/01/2013 (Portaria nº 619, de 26/12)
- ◆ Reajuste dos valores da participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar do servidor e seus dependentes (Portaria nº 625, de 21/12)
- ◆ Reajuste salarial para o PGPE, CPST e outras carreiras (Lei 12.778, de 28/12), com impacto no mês janeiro de 2013, de 2014 e de 2015



2013

- ◆ Publicação da Lei nº 12.808, de 8/05, que reajusta a remuneração de diversos setores do funcionalismo, como Bacen e Inbra
- ◆ Envio do PL 6.245, que reajusta e corrige remunerações do DNPM, anistiados reintegrados, HFA e Funai
- ◆ Campanha Salarial pede anistia dos dias da greve de 2012



ainda mais as relações de trabalho; a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) – que retira direitos históricos dos trabalhadores alterando mais de cem artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); e que tenta aprovar a Reforma da Previdência (PEC 287/2016), cujo texto em tramitação no Congresso significa a extinção da Previdência Social.

Pioneiro na defesa dos servidores e do serviço público, o Sindsep-DF anunciou desde o princípio que o golpe nunca foi contra a Dilma ou o Partido dos Trabalhadores, mas contra o povo, a democracia e a soberania nacional. “Estamos vivenciando um momento histórico e inédito na história da humanidade. Esta é a primeira vez que uma Constituição, em vez de proteger o povo e a nação, faz

o contrário, pois a partir da EC 95 ficam limitados os investimentos em saúde, educação e demais ações sociais. Enquanto que segue sem restrição o superávit primário, recurso destinado ao pagamento dos juros da dívida pública. Não bastasse isso, a emenda ainda autoriza a venda e a exploração das riquezas do País, como o pré-sal, minérios, energia elétrica e outros”, comenta Neves. ■

Dilma Rousseff
Michel Temer

2014
2015
2016
2017

2014

- ◆ Publicação da Portaria nº 484, de 1º/04, que dispõe sobre os critérios de concessão e pagamento da GE-CEN/GACEN
- ◆ Servidores cobram atendimento de reivindicações em diversos atos e manifestações (foto)



2015

- ◆ Reajuste salarial e incorporação das Gratificações de Desempenho (convertidas nas Leis 13.324, 13.325, 13.326, 13.327 e 13.328, de 29/07/2016)
- ◆ Reajuste do auxílio-alimentação de R\$ 373,00 para R\$ 458,00
- ◆ Reajuste da per capita do Plano de Saúde que passou a variar de R\$ 101,56 a R\$ 205,63
- ◆ Reajuste do auxílio pré-escolar para R\$ 321,00 em todo o Brasil



2016

- ◆ Governo edita a Portaria nº 5 (de 1º/09) para transpor os anistiados retornados como estatutários para o regime celetista. Em 16/11, o governo suspende os efeitos da portaria para os anistiados retornados até 31/12/2002, graças à pressão dos servidores, organizados pelo Sindsep-DF
- ◆ Em 13/07 é reinaugurada a Seção Sindical do Sindsep-DF no Ministério do Planejamento (Bloco C). O espaço ganhou o nome de “Resistência”, em referência a ocupação de mais de 48 horas organizada pela direção do sindicato para impedir o despejo da Seção Sindical
- ◆ Sindicato garante na Justiça a redução do aumento do plano de saúde da GEAP 37,55% para 20% para todos os seus filiados




2017

- ◆ Servidores se unem aos demais trabalhadores do país para lutar contra as reformas de Temer e a retirada de direitos, integrando os diversos atos e manifestações organizados pela CUT, demais centrais sindicais, e os movimentos sociais, como o Ocupa Brasília, em 24 de maio, que reuniu mais de 200 mil manifestantes, e as greves gerais de 28 de abril e 30 de junho
- ◆ Pelo segundo ano consecutivo, o sindicato garante na Justiça a redução do aumento do plano de saúde da GEAP de 23,44% para 13,57% para todos os seus filiados



Nossa integração à luta mais ampla dos trabalhadores

São gravíssimos os ataques aos direitos da classe trabalhadora. Somente a unidade de todos, trabalhadores do campo e da cidade, dos setores público e privado, pode barrar o projeto de desmonte do serviço público e destruição dos direitos

Pioneiro na tarefa de alertar o servidor sobre o golpe em curso que, mascarado pela égide da luta contra a corrupção, colocou o golpista Temer na Presidência da República, o Sindsep-DF cumpre agora – ao lado dos demais sindicatos classistas, da CUT e da Condsef/Fenadsef – um papel primordial na organização dos servidores para, em conjunto com os demais trabalhadores do campo e da cidade, barrar o projeto de destruição dos direitos trabalhistas e de desmonte do serviço público.

Entre os retrocessos impostos pelos golpistas estão a Emenda Constitucional 95/2016, a Me-

didada Provisória nº 792/2017, a terceirização sem limites e a reforma trabalhista. Ainda há o perigo de aprovação da Reforma da Previdência (no fechamento desta edição, o texto estava em tramitação na Câmara) e a criminalização do movimento sindical, entre outras medidas extremamente prejudiciais ao povo brasileiro, abordadas nesta edição.

● EC 95 (PEC da Morte)

Uma das principais bandeiras de luta da entidade é a revogação da Emenda Constitucional 95 – promulgada em 15/12/2016, que congela o salário dos servidores por 20 anos, impossibilita a realização de novos concursos

públicos e reduz investimentos do governo na saúde, educação e demais áreas sociais. A emenda já vem sendo usada pelo Planejamento como argumento para não negociar a Campanha Salarial 2017 (reajuste dos salários e dos benefícios, como auxílios alimentação, pré-escolar e contrapartida do plano de saúde).

Oriunda da PEC 55/16, a EC 95/2016 motivou diversas manifestações contrárias da classe trabalhadora em vários estados brasileiros e no DF. Em Brasília, o Sindsep-DF fez um forte enfrentamento da PEC enquanto tramitava no Congresso Nacional, participando e convocando os servidores a participarem de



todos os atos e atividades organizadas pela CUT e Condsef/Fenadsef, além de realizar inúmeras assembleias, panfletagens e protestos, alertando os servidores dos riscos da proposta para a classe trabalhadora e para o povo brasileiro.

Para a direção do sindicato, a promulgação da PEC só foi possível porque o País possui hoje um presidente golpista que usurpou o cargo aplicando um golpe na democracia e rasgando a constituição brasileira. “Pela EC, mesmo que a arrecadação federal e o Produto Interno Bruto (PIB) aumentem, os investimentos serão corrigidos apenas pela inflação do ano anterior, incluindo aí a receita corrente líquida. Não é o salário do servidor que será corrigido pelo valor da inflação, mas o valor destinado a despesa anual com pessoal. Mas temos que lembrar que a folha possui um aumento automático em função da progressão funcional, de ações judiciais ganhas e de novas contratações. Com isso, não sobra quase nada ou mesmo nada para negociar reajustes salariais”, explica o secretário-geral Oton Pereira Neves.

“**A PEC 287 é sustentada na mentira de que a Previdência é deficitária. Na verdade, essa é apenas mais uma forma de continuar desviando recursos para pagamento da dívida pública**”

● **Reforma da Previdência**

Outra mudança nefasta é a prevista na Reforma da Previdência (PEC 287/2017), em tramitação na Câmara dos Deputados. Enviada ao Congresso pelo presidente usurpador Michel Temer, o texto significa a extinção da Previdência Social, pois as novas regras acabam

com a aposentadoria para trabalhadores dos setores público e privado, do campo e da cidade. Para esclarecer os servidores sobre os riscos da PEC, o sindicato promove uma intensa campanha nos órgãos com debates e panfletagens.

“Essa PEC é sustentada na mentira de que a Previdência é deficitária. Na verdade, essa é apenas mais uma forma que os golpistas encontraram para continuar desviando recursos para o pagamento de juros e serviço da dívida pública em detrimento da qualidade de vida do povo brasileiro, além de fazer vista grossa para a sonegação praticada pelas maiores empresas que atuam no Brasil”, ressalta Mirian Vaz Parente, coordenadora da Secretaria de Formação do Sindsep-DF, que tem organizado uma série de debates para alertar os servidores sobre a questão.



Debate “PEC 287: Reforma ou Extinção da Previdência?”, no auditório Francisco Zóccoli, dia 9/02/2017

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Floriano Martins de Sá Neto, a Seguridade Social é superavitária. Em 2015, por exemplo, a receita da Seguridade foi de R\$ 694,2 bilhões, enquanto a Execução do Orçamento no mesmo ano foi de R\$ 683,1 bi; com um superávit de R\$ 11,1 bi.

Outra prova incontestável de que não existe déficit é a Desvinculação de Receitas da União (DRU), um mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. A principal fonte de recursos da DRU são as contribuições sociais, que respondem a cerca de 90% do montante desvinculado. “Vale ressaltar que a EC 95/2016 prorrogou a DRU até 2023 e ampliou de 20% para 30%. Em 2017, a DRU permite desvincular cerca de R\$ 120 bilhões das contribuições sociais”, afirmou Sá Neto.

● Demissões

Repetindo o plano de FHC (1995 - 2002) para implantar o Estado mínimo, o governo golpista anunciou em 24/07/17 que pretende demitir ainda em 2017 pelo menos cinco mil servidores do Executivo Federal através da Medida Provisória nº 792/2017.

Mesmo antes da divulgação das regras do plano – contidas na medida provisória – o Sindsep-DF anunciou posição contrária ao PDV e orientou os servidores a não aderirem. “O plano é parte do golpe contra os direitos dos trabalhadores e vem ao encontro da EC 95, que congela o salário dos

servidores por 20 anos e reduz investimentos em saúde, educação e áreas sociais, e às reformas da Previdência, na forma da PEC 287, e trabalhista, aprovada e sancionada pelo golpista recentemente”, afirma o coordenador de Comunicação e Imprensa do sindicato, Carlos Henrique Bessa Ferreira. A MP para o “enxugamento de gastos” também prevê licença não remunerada para os servidores por três anos, com renovação por mais três anos, e redução da jornada de trabalho para seis ou quatro horas, com redução proporcional de salário, com o agravante de que essas licenças são a critério da administração pública, sem necessariamente atender a vontade do servidor.

O texto, segundo o advogado do Sindsep-DF, Ulisses Borges, é ainda pior que o programa proposto por FHC (1995-2002), já que segundo a MP o PDV pode ter suas metas revistas anualmente

pelo governo até 2023. “O artigo 2º da MP diz que o PDV será regulamentado pelo Ministério do Planejamento a cada exercício. Ou seja, poderemos ter um PDV por ano e todo ano teremos que discutir com os servidores e mostrar o quanto essa opção é infeliz”, afirmou Borges. Neste primeiro ano de PDV, a meta dos golpistas é atingir cinco mil servidores, o que representará uma “economia” de R\$ 1 bilhão por ano. “No entanto, essa economia não representa nada diante das concessões que Temer vem fazendo para salvar seu mandato. Somente para os ruralistas, o governo já entregou mais de R\$ 10 bilhões”, lembra Bessa Ferreira.

Além de desenvolver uma ampla campanha para orientar os servidores a não aderirem ao PDV – a exemplo do que o sindicato já vem realizando nas empresas públicas, como a Conab – o Sindsep-DF ainda organizou um atendimento especial





Vítimas do PDV de FHC, servidores buscam reparação no Congresso para retornarem aos seus postos de trabalho

aos servidores que forem vítimas de perseguição e assédio moral pelas suas chefias para adesão ao plano. “Temos relatos de inúmeros PVDvistas que durante o governo FHC foram perseguidos e obrigados a aderir ao plano. Não duvidamos que essa prática possa ocorrer também neste governo fruto de um golpe que rasgou a constituição e vem atacando os direitos dos trabalhadores”, declarou o diretor de Estudos Socioeconômicos e Empresas Públicas do Sindsep-DF, Enos Barbosa de Souza.

Vale ressaltar que desde 2012, por decisão do 15º Congresso, o Sindsep-DF apoia a anistia e a reintegração dos PDVistas de FHC, por entender que esta é a única maneira de corrigir uma grande injustiça social praticada sobre milhares de famílias brasileiras.

● Criminalização do movimento sindical

Além da luta geral, o Sindsep-DF também vem travando uma batalha contra as perseguições aos seus sindicalistas. O diretor Dimitri Assis Silveira, servidor do Ministério da Educação

(MEC), responde a um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) no órgão sob a justificativa de ter apoiado a Manifestação dos Movimentos Sociais e Sindicais da Educação, realizada no dia 29/06/2016. Na avaliação da assessoria jurídica do sindicato, a intenção do PAD é demitir o jovem sindicalista que desponta como uma das lideranças dos recém-concursados no serviço público.

Além da defesa no âmbito administrativo do órgão, o Sindsep-DF prepara-se para, caso necessário, entrar com ação na Justiça em defesa do diretor, além de denunciar o caso à Organização Internacional do Trabalho - OIT. “A nossa luta expõe as más intenções do governo golpista, configurando um caso típico e exemplar do Estado de exceção que pretende atacar as organizações dos trabalhadores que lutam para anular o golpe de Estado”, afirma o coordenador da Secretaria de Assuntos Jurídicos, João França Lopo.

O secretário-geral do sindicato, Oton Pereira Neves, também foi vítima da criminalização do

movimento sindical. No dia 20 de junho de 2017, enquanto discursava em uma assembleia em frente ao Ministério do Meio Ambiente, foi preso sob a alegação de ilegalidade na utilização de carro de som em frente a prédios públicos. Após prestar depoimento, Neves foi liberado, porém foi autuado por desobedecer a uma ordem policial, podendo receber pena de detenção de quinze dias a seis meses e multa. No dia 17 de agosto, o caso foi tratado em audiência de conciliação no Fórum Desembargador José Julio Leal. Na ocasião, a Justiça ofereceu como acordo o pagamento de cinco cestas básicas, como pena alternativa. Porém, Neves recusou a proposta e alegou que a acusação não tem respaldo legal e nem político.

Graças à reação firme e tempestiva da CUT, da Condsef/Fenadsef e do Sindsep-DF, o Segundo Juizado Especial Criminal de Brasília mandou arquivar o processo sob o argumento de que os fatos noticiados “não traduzem qualquer tipo penal”. Na decisão, o juiz Francisco Antônio Alves de Oliveira afirma que há dúvida

sobre a razoabilidade do Decreto 26.903/2006 utilizado pelo policial para justificar a prisão do sindicalista, visto que “a regra em questão é rotineiramente descumprida”, referindo-se às diversas e constantes manifestações que ocorrem na Esplanada dos Ministérios.

Também é vítima dessa política de perseguição a sindicalistas o diretor Antônio Carlos Noleto Gama. Adjunto da Secretaria de Comunicação e Imprensa do Sindsep-DF e servidor do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura (MAPA), foi demitido do serviço público em 2016, após responder a um Processo Administrativo Disciplinar eivado de erros. O

sindicato entrou recentemente com Agravo de Instrumento na Justiça para reverter a demissão do sindicalista.

Outro diretor do sindicato que também foi demitido por ser sindicalista é Reginaldo Dias da Silva, servidor civil efetivo do Comando da Aeronáutica. Sua demissão ocorreu em março de 2013, nessa época exercia mandato classista como diretor da Secretaria de Comunicação e Imprensa do Sindsep-DF. Na atual gestão, é diretor na Secretaria de Relações Intersindicais e Parlamentares. Sua readmissão ao serviço público foi publicada na Seção nº 2 do Diário Oficial da União, em 7 de novembro do mesmo ano, após uma árdua luta da categoria. ■

“

A nossa luta expõe as más intenções do governo golpista, configurando um caso típico e exemplar do Estado de exceção que pretende atacar as organizações dos trabalhadores que lutam para anular o golpe de Estado

”



17/08/2017: Ato em defesa da liberdade sindical e em solidariedade ao secretário-geral do Sindsep-DF



13/06/2017: ato organizado pelo Sindsep-DF em repúdio a práticas de perseguição ao sindicalista Dimitri, diretor do sindicato

Os desafios para a conquista de antigas reivindicações

Data-base, defesa da estabilidade no serviço público, negociação coletiva e isonomia dos benefícios entres os Três Poderes são algumas reivindicações históricas dos servidores

No atual cenário político de ataque aos direitos dos trabalhadores, os servidores precisam encontrar uma forma de manter viva a luta por reivindicações históricas e muito importantes para o conjunto do funcionalismo, pois representam grandes avanços.

É o caso da data-base. Garantida pelo Art. 37 da Constituição e pela Lei 10.331/2001, que determina que as remunerações e os subsídios dos servidores serão revistos no mês de janeiro, o direito não é respeitado pelo Executivo, que em geral empurra as negociações até o prazo limite para o envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), numa tentativa – na maior parte das vezes frustrada – de obrigar os servidores a aceitarem reajuste muito abaixo da inflação e que não repõe as perdas acumuladas ao longo do período.

Além de não respeitar a data-base, desde 2008, os governos têm adotado o parcelamento dos aumentos conquistados pela categoria numa tentativa de inviabilizar as campanhas salariais anuais. A garantia da data-base impõe ao patrão um período para negociar com os trabalhadores a revisão salarial e dos benefícios. “Por isso, desde 2011, as campanhas salariais dos servidores têm incluído a data-base em 1º maio”, explicou

o secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves.

● Manutenção da estabilidade

Outra batalha travada nos últimos anos é contra as “avaliações de desempenho” para fins remuneratórios e/ou punitivos. Para o sindicato, as avaliações devem ser usadas para o levantamento de necessidades de capacitação, treinamento ou relocação do servidor. Na verdade as avaliações de desempenho são um perigoso instrumento oriundo da EC nº 19/1998 – Reforma Administrativa de FHC – que individualiza o contrato de trabalho e pode levar à demissão por suposta insuficiência de desempenho, além de ser uma forma de quebra da paridade.

O governo busca forma de retomar as avaliações com a finalidade de quebrar a estabilidade do servidor com a aprovação no Congresso do Projeto de Lei nº 116/2017, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Neste momento, o texto aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado e caso aprovado em decisão terminativa, não precisará ser votada em Plenário e poderá seguir para a Câmara dos Deputados.

● Negociação coletiva

A negociação coletiva no serviço público também é uma reivindicação histórica do funcionalismo que a cada governo vem sofrendo novos e graves ataques.



Servidores defendem data-base

Atualmente, tramita na Câmara o PL 3.831/15 – oriundo do PLS 397/2015, de autoria do senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), que propõe que a negociação coletiva seja a regra permanente de solução de conflitos no serviço público. Parece bom, mas o texto está recheado de armadilhas.

Pelo projeto, a negociação poderá tratar de todas as questões relacionadas a planos de carreira, criação de cargos e salário, mas também poderá discutir condições de trabalho, estabilidade no serviço público, avaliação de desempenho, saúde e política de recursos humanos. Ou seja, é o negociado prevalecendo sobre o legislado em uma nova roupagem, tal qual utilizado na Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017).

Outro item relevante do texto prevê punição quando houver desinteresse em adotar as medidas acordadas na mesa de negociação. No entanto, para o representante de órgão público, esta conduta poderá ser enquadrada como infração disciplinar, ou seja, sem grandes transtornos para o governo. Já os representantes dos funcionários, as entidades sindicais, poderão ser multadas.

O PL 3.831/15 tramita em caráter conclusivo (quando é dispensada a deliberação em plenário), foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) no dia 5/07/2017 e segue para análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

É importante ressaltar que a negociação coletiva é uma histórica reivindicação dos servidores, que defendem a regulamentação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Mas o objetivo é que com a



Em assembleia aposentados reafirmam luta pela paridade

negociação coletiva o governo não possa mais descumprir acordos e nem marcar reuniões indefinidamente, com o objetivo claro de vencer os servidores pelo cansaço. E mais, que o governo não possa se negar a negociar, como vem fazendo o golpista Temer, apoiado nas limitações impostas pela Emenda Constitucional 95/2016, que congela o salário dos servidores por 20 anos.

● Isonomia

Outra luta contínua é a isonomia salarial e dos benefícios entre os Três Poderes. A diferença salarial entre os servidores do Executivo que ocupam os cargos do PGPE e da CPST e os servidores do Legislativo e Judiciário de nível médio é discrepante.

A diferença também é grande em relação aos benefícios. Enquanto o auxílio-alimentação e a assistência pré-escolar no Executivo são de R\$ 458,00 e R\$ 321,00, respectivamente; para os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (MPU) esses valores são R\$ 884,00 e R\$ 699,00, respectivamente.

Mas além da isonomia com os poderes, também é necessária isonomia entre os setores do próprio Executivo. Estas discrepâncias de tratamento causam, entre outras coisas, grande des-

motivação e evasão de servidores. Basta acompanhar os constantes pedidos de exoneração no Diário Oficial da União.

● Desafios

Para a direção do sindicato, o grande desafio dos servidores é conciliar estas reivindicações com as demandas urgentes impostas pelos golpistas. “Nosso primeiro desafio é resistir ao golpe, lutar contra toda e qualquer retirada de direitos da classe trabalhadora, o que significa exigir a revogação da EC 95 e da reforma trabalhista e, ao mesmo tempo, impedir a aprovação da contrarreforma da Previdência, conciliando essas lutas com as demandas específicas dos servidores, que vão de reajuste salarial e dos benefícios até as reivindicações históricas. E isso só será possível com a unidade dos servidores”, afirmou Oton Pereira Neves.

Vale ressaltar que em 1987, durante a Constituinte, direitos como estabilidade no serviço público, sindicalização e Regime Jurídico Único também pareciam distantes, visto que nem todos os constituintes eram favoráveis a essas vitórias. Mas a luta dos servidores, organizados pelo Sindsepe-DF, arrancou essas conquistas que hoje constam da Constituição de 1988. ■

“Não podemos ter ilusões das pretensões desse governo”

Por Graziela de Almeida

O cenário para o servidor público federal não está bom. O governo não negocia, existem vários acordos firmados que estão pendentes e, para piorar a situação, a Emenda Constitucional 95, aprovada em 2016, congela investimentos públicos por 20 anos. Tivemos o anúncio de um pacote de medidas que atinge em cheio servidores do Executivo. Ao que tudo indica, a tendência é de que os ataques a direitos e o estrangulamento do setor público prossigam nas ações desse governo ilegítimo. Programa de Demissão Voluntária (PDV), a própria EC 95/16, suspensão de reajustes já negociados, o anúncio da intenção de estabelecer um teto de R\$5 mil no salário inicial de servidores. Para a Condsef/Fenadsef essas ações são uma cortina de fumaça que tenta sinalizar para a sociedade que o governo está promovendo ações efetivas de cortes quando, na verdade, ele não tem um projeto de País.

O que existe é uma verdadeira falta de compromisso com o serviço público, com o servidor, com toda classe trabalhadora, com a sociedade. Além disso, há as reformas trabalhista e previdenciária, que ferem de morte nossos direitos e acabam com nossa aposentadoria. Ao analisar esse momento de dificuldades, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, convoca os servidores federais a reagirem, se engajando nas atividades que estão sendo realizadas. “Só nosso poder de or-



ganização, unidade e mobilização será capaz de fazer frente a esse cenário desfavorável ao trabalhador. Não podemos ter ilusões das pretensões desse governo. Devemos ocupar as ruas, os espaços de debate e chamar a população para uma reação conjunta”, diz. Na entrevista a seguir, Sérgio Ronaldo fala também sobre expectativas e possibilidades de avanços nas pautas da maioria do Executivo.

● **Entramos já no 2º semestre e desde que a pauta da campanha salarial 2017 dos servidores**

federais foi entregue até agora nada de negociação. Como explicar isso para a categoria?

A nossa pauta de reivindicação foi protocolada no dia 22 de fevereiro de 2017 e contempla todas as demandas do conjunto do funcionalismo. Porém, até agora os representantes não deram nenhum retorno, e nas poucas oportunidades que tivemos com o Ministério do Planejamento, as respostas são sempre evasivas, sempre informando que não estão autorizados a iniciar o processo de negociação.

● **Como fica o que foi negociado nos governos passados? Tem algum acordo pendente?**

Existem pendências a serem tratadas em todos os acordos assinados. Inclusive, em todos os termos dos acordos existem cláusulas que garantem a constituição de comitês provisórios. Ou seja, grupos de trabalhos a partir de março passado, o que não está acontecendo. Na nossa avaliação, é mais um descumprimento dos acordos assinados.

● **O escalonamento da gratificação de desempenho dos aposentados é uma preocupação do funcionalismo federal. Em que pé está esse escalonamento?**

Essa foi a parte mais importante dos acordos celebrados entre a Condsef/Fenadsef e o Executivo, em 2015. Com essa negociação da incorporação das gratificações de atividade e de desempenho para as aposentadorias, foram contemplados aproximadamente 357 mil servidores, aposentados e pensionistas do Executivo. Em agosto, o Ministério do Planejamento finalmente confirmou que o sistema que irá possibilitar o pagamento escalonado (2017/2018/2019) dessa incorporação está pronto. Então, esperamos que no próximo mês o pagamento daqueles que já assinaram os termos de opção esteja assegurado. Vamos continuar acompanhando e cobrando do governo para que todos os servidores tenham esse seu direito garantindo. Recomendamos que todos que assinaram termo fiquem atentos aos contracheques e reportem aos nossos sindicatos se observarem alguma incoerência. Aqueles que ainda não assinaram, recomendamos que assinem para assegurar a incorporação.

● **Sem negociação, o que o servidor federal pode esperar desse governo?**

Infelizmente, não podemos ter ilusões das pretensões desse governo, pois, nesse pouco tempo em que os golpistas assumiram o poder, já disseram quais são as suas metas: congelamento de investimentos públicos pelos próximos 20 anos – com base na Emenda Constitucional 95/2016, reformas trabalhista e da Previdência, terceirização, extinção de órgãos e ministérios. Enfim, impor uma política de Estado mínimo.

● **O que essas reformas representam para o conjunto do funcionalismo público?**

Essas contrarreformas significam a retirada de mais de cem direitos trabalhistas, o que praticamente acaba com a CLT. No caso da Reforma da Previdência, a bola da vez será o conjunto dos servidores públicos, caso esse entulho seja aprovado. Pois, a única finalidade é retirar os direitos dos trabalhadores de se aposentarem. Se considera-

mos os últimos 24 anos, essa já é a sexta proposta de modificação das regras para os regimes de aposentadorias dos servidores públicos federais, sempre com as mesmas pretensões de retirada de direitos.

● **O que fazer para mudar esse quadro de desrespeito com os trabalhadores em geral e com os servidores públicos em particular?**

Não temos outra alternativa que não a de continuar seguindo as orientações e participando das mobilizações que a Condsef/Fenadsef estão conjuntamente encaminhando com as entidades do Fórum dos Federais e das Centrais Sindicais (Fonasefe), as centrais, entre elas a CUT da qual somos filiados, e a sociedade civil organizada. Pois tem sido através dessas mobilizações que estamos fazendo e participando que poderemos virar o jogo. Reivindicamos também o “Fora Temer” e a convocação de eleições diretas gerais já. ■



Uma desculpa para perseguir servidores e reduzir o Estado prejudicando o povo em benefício dos rentistas

Desde que assumiu a presidência, o golpista Temer vem implementando um programa de ajuste fiscal que prioriza a contenção de investimentos em setores essenciais para a população, como saúde, educação, segurança, proteção ambiental e áreas sociais e, ao mesmo tempo, privilegia o rentismo escancarando o orçamento público para pagamento de juros e serviço da dívida pública, além de conceder perdões e anistia fiscais as grandes empresas.

A série de medidas adotadas pelo governo usurpador atinge principalmente, além da população mais carente dependente dos serviços públicos, os servidores do Executivo Federal. O mais recente corte no orçamento, anunciado em 15 de agosto, após a revisão da meta fiscal de déficit primário, prevê o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14% para servidores, aposentados e pensionistas que têm salários acima de R\$ 5,5 mil (teto previdenciário).

Além disso, o governo também pretende promover uma reestruturação das carreiras que tem como premissas a redução do salário inicial (Vencimento Básico) e o aumento da quantidade dos níveis de progressão/promoção para os servidores dos níveis intermediário e superior de todas as carreiras. “É mais um retrocesso que quer nos impor este governo. A reestruturação das carreiras precisa ser realizada para modernizar os planos e não retroceder em conquistas”,



Em 16/08/2016: servidores convocados pelo Sindsep-DF participam de ato organizado pela CUT Brasília pelo “Fora Temer”

afirmou João Luiz Batista, da Secretaria de Relações Intersindiciais e Parlamentares do Sindsep-DF. A equipe econômica do governo golpista também anunciou a transferência para 2019 de todos os reajustes previstos para 2018, entre eles, o de alguns setores que compõem a base do sindicato.

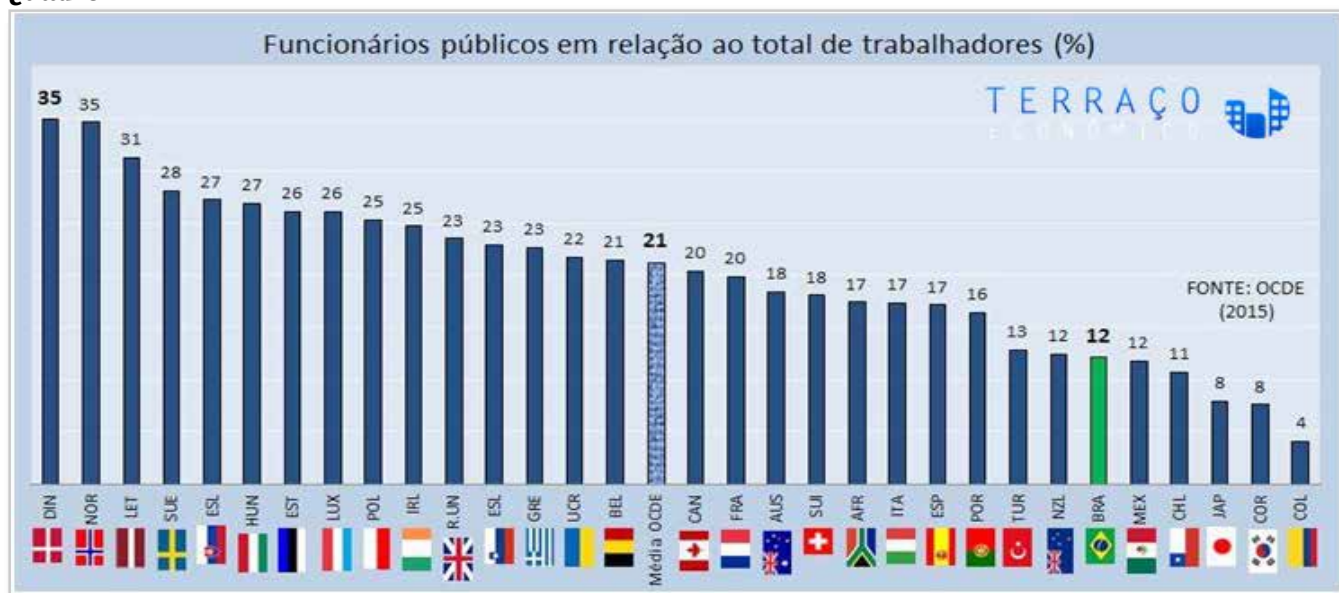
Para justificar os ataques ao funcionalismo, o governo usa o argumento de que há um “inchaço na máquina pública”. Ou seja, de que o serviço público conta com mais funcionários que o necessário. Essa tese é rebatida pelo técnico do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea), Antonio Lassance, ao afirmar que “um grave problema a ser enfrentado é o do baixo número de servidores públicos do Estado brasileiro e seu emparelhamento por problemas de ordem fiscal” – fazendo referência à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar 101/2000).

Segundo o pesquisador, os percentuais de servidores ativos em relação à população brasileira são baixos: 3,20% de servidores municipais; 1,58% de estaduais e apenas 0,35% de federais. Os quais, somados, indicam que, de cada cem brasileiros, apenas 5,13 se ocupam atualmente do serviço público. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) o número de servidores públicos no Brasil é limitado em relação à força de trabalho, apenas 11 a 12% se ocupa do serviço público, incluindo empresas estatais. Nos países-membros da organização essa média é de 22% da força de trabalho (quadro 1). ▶

“
Um grave problema a ser enfrentado é o do baixo número de servidores públicos do Estado brasileiro
”

Quadro 1



Segundo dados de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui cerca de 10,4 milhões de servidores públicos civis ativos e sua maior parte é constituída de servidores municipais, quase 6,5

milhões (62,4%), seguida de 3,2 milhões de servidores estaduais (30,8%). Os servidores federais ocupam uma menor porção, cerca de 705 mil pessoas (6,8%). Mas, de acordo com o Painel Estatístico de Pessoal (PEP) mantido pela

Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, o número de servidores civis ativos em julho/2017 é ainda menor, 635 mil. No DF, são 181.667 servidores federais, incluindo as autarquias e fundações (quadro 2).

Quadro 2



Painel Estatístico de Pessoal (PEP)

✓ Concursos x Governos

A política de redução do poder do Estado fica ainda mais evidente quando se verifica a evolução do número de servidores admitidos por concurso público no serviço federal no período de 1992 a 2014 (quadro

3). Nos governos Collor e Itamar não houve concursos públicos, mas uma drástica redução do número de servidores com a demissão injusta e arbitrária cerca de 120 mil empregados e servidores públicos federais (anistiados

pela Lei 8.878/94), a fusão de ministérios, extinção de fundações e a privatização de empresas públicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

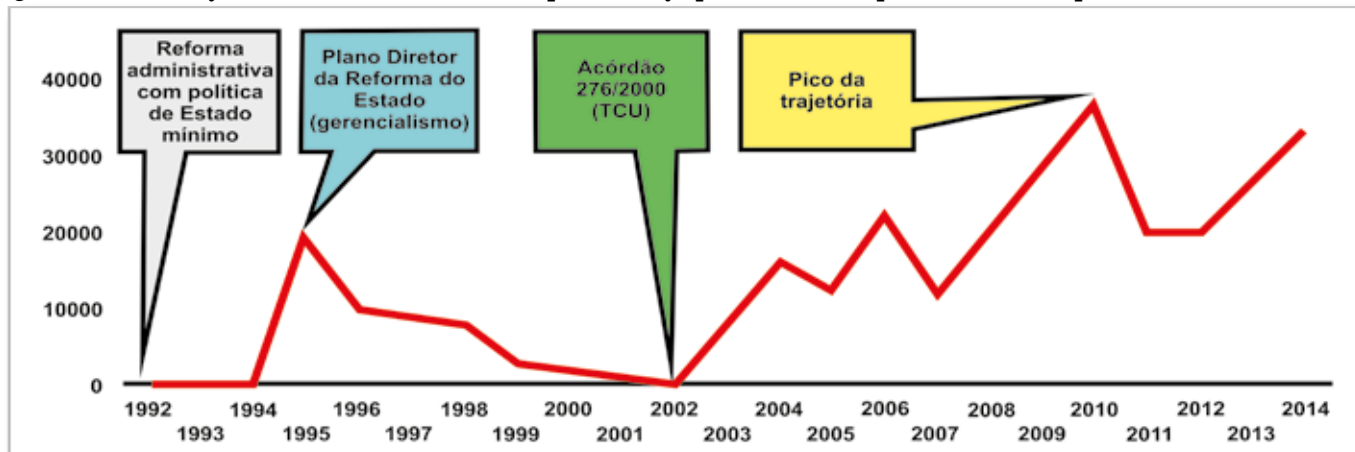
Embora tenha realizado alguns poucos concursos, FHC

deu continuidade ao desmonte do Estado criando o Programa de Demissão Voluntária (PDV) que levou ao desligamento de cinco mil servidores, aprovan-

do a Emenda Constitucional 19/1998 (Reforma Administrativa) que além de reduzir o quantitativo de servidores, ainda contribuiu para aumentar a pre-

carização do trabalho no setor público por meio das terceirizações, e realizando privatizações criminosas como a da Vale do Rio Doce.

Quadro 3 - Evolução do número de admitidos pelo serviço público federal por concurso no período de 1992 a 2014



Reprodução da Pesquisa “O Serviço Público Federal Brasileiro e a Fábula do Ataque das Formigas Gigantes”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

O quadro revela que entre os anos de 1992 e 2014, houve um incremento do número de servidores concursados no Executivo Federal com picos de contratações em 1995, 2003, 2004, 2006, 2009 e 2010, e depressões de 1992 a 1994 e de 1999 a 2002.

A partir de 2003 houve um incremento do número de servidores federais, explicado pela política

de valorização do serviço público implementada pelos governos Lula e Dilma.

Para a direção do Sindsep-DF, a política de fortalecimento do Estado e dos serviços públicos foi bruscamente interrompida pelo golpe, cuja primeira medida foi a EC 95/2016 que congela os investimentos públicos por 20 anos, inviabilizando novas contratações

por concurso, congelando salários e prejudicando a política de qualificação profissional do quadro de servidores. Os ataques ao funcionalismo continuam com o PDV e o pacote de privatizações do golpista Temer, o maior em duas décadas, que tem a intenção de vender 57 empresas estatais, entre elas a Eletrobras e, por incrível que pareça, a Casa da Moeda. ■

“ Os ataques ao funcionalismo continuam com o PDV e o pacote de privatizações do golpista Temer ”

DEMISSÃO VOLUNTÁRIA





Empregados públicos: a unidade é imprescindível

O Sindsef-DF desde a sua constituição tem organizado os empregados públicos para defender seus direitos e avançar nas conquistas. Neste momento em que o país vive um Estado de exceção, cujo golpe contra os trabalhadores e o povo brasileiro é para a retirada de direitos, é imprescindível a unidade da categoria para evitar a fragmentação da luta, visto que um sindicato geral reúne as melhores condições para a defesa tanto dos trabalhadores quanto do serviço público. É graças à unidade que muitas vitórias foram alcançadas, visto que quanto maior a representatividade do sindicato, maior é o poder de defesa da categoria por ele representada, tanto no que se refere às pautas gerais, como às reivindicações específicas de cada empresa.

► Conab

A maior experiência do Sindsef-DF veio com os trabalhadores

hoje lotados na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Resultado da fusão, em 1991, da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e da Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), a existência da Conab é fruto da própria luta dos trabalhadores que organizados no sindicato brigaram pela manutenção de seus empregos. Vale lembrar que nos três primeiros anos de existência, o sindicato montou sua sede em uma sala cedida pela associação dos trabalhadores da Cibrazem.

Muitos destes trabalhadores, aliás, participaram do congresso de fundação do sindicato, como o atual diretor de Estudos Socioeconômicos e Empresas Públicas, Enos Barbosa de Souza, e Aeldo Luna, que também é o autor da nossa logomarca. Esse elo com os trabalhadores da Conab foi fortalecido ao longo desses 30 anos, sendo o Sindsef-DF, em

conjunto com a Condsef/Fenadsef, responsável pela maioria dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) do setor.

Porém, desde 2011 a categoria luta contra a criação de um sindicato de gaveta, forjado pela antiga direção da empresa com o objetivo de favorecer ao patrão. Em agosto de 2017, após uma batalha judicial vitoriosa, o sindicato, em conjunto com a Condsef/Fenadsef, voltou a negociar o ACT dos trabalhadores da Conab, por força de liminar que garante a participação da federação nas mesas de negociação. A decisão da Justiça é uma importante vitória para os empregados da companhia, pois assegura o direito de escolha de quem são seus representantes legítimos.

A pauta dos trabalhadores da empresa para o ACT 2017/2018 foi entregue pela Condsef/Fenadsef em junho. Mas como as negociações se iniciaram somente em setembro e a data-base da

categoria é em 1º de setembro, o atual acordo foi prorrogado até que o novo ACT seja firmado.

► **Celetistas do HFA**

Desde 2008, o Sindsep-DF também passou a negociar com a direção do Hospital das Forças Armadas (HFA) as demandas dos empregados públicos do órgão, cuja principal na época era a concessão da progressão funcional. Vários foram os avanços desde então. Da assinatura do primeiro ACT até a correção das tabelas salariais em 2015, que iguala a remuneração dos celetistas a dos servidores estatutários integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).

► **Valec**

Desde 2012, o Sindsep-DF representa os servidores da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A lotados no DF nas negociações dos ACTs. Foram quatro até o momento: 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2017. Vale ressaltar que na maioria dos ACTs, os trabalhadores conquistaram ganhos reais, além de outros benefícios. No dia 5 de setembro, o sindicato entregou a proposta dos trabalhadores para o acordo 2017/2018, com vigência de 1º de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018. O sindicato também negocia com a empresa a criação de um banco de horas com a intermediação do Ministério Público do Trabalho.

► **Extinto GEIPOT**

Os trabalhadores do extinto GEIPOT (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes) também estão no sindicato há quase 30 anos. Lotados atualmente na Valec (Lei nº 11.772, de 17/09/2008), o setor também tem seus ACTs ne-



Celetistas do HFA

gociados e assinados pelo Sindsep-DF. O atual, com vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, teve a data-base alterada para 1º de maio para coincidir com a dos trabalhadores da também extinta Rede Ferroviária Federal S/A (que também foi absorvida pela VALEC), passando o ACT a ter vigência de 16 meses em vez de 12 meses.

► **Imbel**

O Sindsep-DF passou a representar os trabalhadores da Indústria Brasileira de Material Bélico (Imbel) lotados na sede em Brasília desde 2012. Atualmente, o sindicato negocia o ACT vencido em 31 de março de 2017. Mesmo tendo recebido a proposta dos trabalhadores em 1º de fevereiro, a empresa vem protelando as negociações e numa demonstração de total desdém com os trabalhadores, apresentou recentemente uma proposta de reajuste de apenas 0,5%, a qual foi rejeitada pelos trabalhadores. A decisão da categoria já foi informada à direção da Imbel. O sindicato aguarda uma nova rodada de negociação.

► **Ebserh**

Desde que foi criada a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), o Sindsep-DF representa os trabalhadores lotados na sede e no Hospital Universitário de Brasília (HUB). O primeiro ACT dos empregados da empresa (2014/2015) já contou com a participação do sindicato. Depois foram negociados os ACTs 2015/2016 e 2016/2017. Vale ressaltar que nos dois primeiros acordos os trabalhadores conquistaram ganhos reais, além de outros benefícios. Atualmente, o sindicato, em conjunto com a Condsef/Fenadsef, negocia o ACT 2017/2018, que deveria ter entrado em vigor desde 1º de março de 2017, e cuja proposta foi entregue pelo sindicato à direção da empresa em 30 de dezembro de 2016. Mas, tratando com descaso as demandas dos servidores, a empresa até o momento se recusa a apresentar qualquer índice de reajuste. Com as negociações emperradas, empregados da Ebserh em todo o Brasil aprovaram paralisar suas atividades por tempo indeterminado a partir do dia 19 de setembro. ■

Incorporação das GDs é uma vitória dos servidores

Na luta pela reconquista da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, a incorporação das Gratificações de Desempenho (GDs) aos proventos de aposentados e pensionistas é uma conquista histórica da categoria, resultado da Campanha Salarial 2015 negociada com a presidente Dilma Rousseff.

“A incorporação das GDs representa um primeiro passo para a reconquista da paridade. É verdade que a luta não terminou e ainda temos um longo caminho para

percorrer até que esse direito seja estendido a todos os aposentados, visto que neste momento somente os servidores que receberam as GDs por cinco anos antes da data da aposentadoria terão a legenda integralizada aos proventos”, explica a coordenadora da Secretaria de Aposentados, Pensionistas e Saúde do Trabalhador, Maria Lícia Moraes Braga.

Os novos servidores, que ingressaram no serviço público a partir de 04 de fevereiro de 2013, e hoje têm suas aposentadorias

limitadas ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), também não poderão aposentar com integralidade das GDs. Outra herança do Governo FHC, também fruto da EC 41/03.

Parcelamento

A primeira parcela da incorporação, referente a 67% do valor da média dos pontos da GD já deveria estar sendo percebida pelos aposentados e pensionistas desde 1º de janeiro deste ano. Mas somente em agosto,



após a pressão dos servidores organizados pelo Sindsep-DF e a Condsef/Fenadsef, o governo golpista começou o pagamento retroativo a janeiro. O sindicato orienta seus filiados a analisarem os contracheques e, em caso de cálculo incorreto, procurar o sindicato para entrar com as medidas necessárias.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a incorporação passa a ser de 84% do valor da média dos pontos da GD. O valor integral da média dos pontos passa a ser incorporado ao vencimento básico a partir de 1º de janeiro de 2019. Para ter direito a incorporação, o servidor terá que ter percebido a GD por no mínimo 60 meses (cinco anos) antes da data da aposentadoria ou instituição da pensão. Para o cálculo do valor da GD a ser incorporado nos proventos, o percentual da média dos pontos será aplicado sobre o valor do ponto correspondente ao posicionamento do servidor na tabela remuneratória na data da aposentadoria ou instituição da

pensão, respeitadas as alterações relativas aos posicionamentos decorrentes de legislação específica.

É necessário optar

Mas, atenção, a incorporação não é automática. O servidor, o aposentado ou o pensionista precisam manifestar interesse através de um Termo de Opção (disponível nas leis nº 13.324, 13.325, 13.326, 13.327 e 13.328, de 29/07/2016). Os aposentados e pensionistas têm até o dia 31 de outubro de 2018 para assinar o termo. Já os servidores que ainda estão na

ativa poderão formalizar a opção no momento do requerimento da aposentadoria ou da pensão.

O Termo de Opção tem caráter irrevogável e inclui a expressa concordância do requerente com a renúncia a forma de cálculo de incorporação da GD reconhecida por decisão administrativa ou judicial, inclusive transitada em julgado; e ao direito de pleitear via administrativa ou judicial a quaisquer valores ou vantagens decorrentes da forma de cálculo da GD incorporada aos proventos, salvo em caso de comprovado erro material. Por esta razão, a assessoria jurídica do sindicato orienta aos filiados aposentados ou pensionistas que tenham ação na Justiça ou dúvidas sobre a vantagem da opção pela incorporação a procurar a Secretaria de Assuntos Jurídicos.

“
A incorporação das GDs representa um primeiro passo para a reconquista da paridade
”

Quebra da paridade

A paridade e a integralidade foram quebradas pela Emenda Constitucional (EC) nº 41/2003, que também tornou obrigatória a contribuição previdenciária dos servidores aposentados que recebem proventos acima do teto estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Dois anos depois, em função da pressão dos sindicatos organizados pela CUT, inclusive o Sindsep-DF, o governo editou a EC nº 47/2005, numa tentativa de amenizar os efeitos da primeira, garantindo a paridade e a integralidade aos servidores que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998, mas mantendo a quebra para todos os demais.

Um consenso em todas as gestões do sindicato é a defesa da paridade para todos os trabalhadores, por isso, a revogação de ambas as emendas é uma das bandeiras da categoria. ■



Posse da nova direção do Sindsep-DF aguarda decisão da Justiça

Em tempos de judicialização da política e criminalização dos movimentos sindicais, a diretoria do Sindsep-DF eleita para o triênio 2016/2019 está impedida de tomar posse por força de liminar concedida em ação impetrada por integrantes da chapa derrotada com o objetivo de invalidar o processo eleitoral democrático e legítimo. As eleições do Sindsep-DF levaram mais de 2.400 filiados às urnas, dos quais 75,95% votaram na Chapa 1 – “Em Defesa dos Servidores e da Democracia”, enquanto a chapa concorrente conseguiu 24,05%. No mesmo pleito foram eleitos para o Conselho Fiscal com 1.384 votos os membros da Chapa A.

Esta é a primeira vez em 30 anos de história do sindicato que uma direção eleita é impedida de

tomar posse por força de ação judicial, fruto da onda de judicialização da política, que possibilita aos derrotados inconformados com o resultado recorrer ao Judiciário para reverter a decisão soberana da categoria.

A atual diretoria esclarece que as eleições da Diretoria Administrativa e do Conselho Fiscal, realizadas em 26 e 27 de abril de 2016, transcorreram na mais absoluta ordem, de forma idônea e democrática. O processo eleitoral foi conduzido por uma Comissão Eleitoral eleita em assembleia-geral realizada dia 23/03/16, e para a qual foi indicado por cada chapa que concorreu ao pleito um representante com todas as prerrogativas de membro, sendo assegurada, por parte do sindicato, total independência e condições

materiais e políticas para conduzir os trabalhos da comissão.

Em assembleia realizada dia 26/08/2016, os servidores filiados ao Sindsep-DF aprovaram a prorrogação do mandato da atual direção até a posse da nova diretoria eleita para o triênio subsequente, caso caia a liminar, ou caso seja realizado novo processo eleitoral. Em consonância com a decisão da assembleia, a Justiça determinou no dia 09/11/2016 que a atual diretoria continue à frente do sindicato até nova decisão judicial. O processo se encontra concluso para decisão desde o dia 22 de agosto de 2017.

A atual gestão reitera a posição de defesa do resultado das urnas, pois é o resultado que reflete de forma soberana a vontade dos eleitores filiados. ■



Componentes da Chapa 1, vitoriosa nas eleições de 2016 para a direção do Sindsep-DF, que aguardam a decisão judicial para tomar posse

Sindicalizar para fortalecer!

A filiação ao Sindsep-DF é o único meio de os servidores manterem a entidade forte e combativa na defesa de seus direitos e conquistas

Nesse momento de severos ataques à organização dos trabalhadores, é imprescindível o fortalecimento dos sindicatos. No caso do Sindsep-DF, o único meio de os servidores fortalecerem a entidade para que se torne ainda mais combativa é a filiação. E é por defender a autonomia e a liberdade sindical, que o Sindsep-DF é contrário à cobrança do Imposto Sindical e árduo defensor da livre associação dos trabalhadores, sem a interferência dos patrões e do Estado – conforme a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Por isso, sua arrecadação depende exclusivamente da contribuição espontânea dos filiados. “Mantendo a coerência com os seus princípios em defesa da filiação consciente do trabalhador às entidades sindicais, o Sindsep-DF devolve anualmente os valores recebidos referentes ao Imposto Sindical cobrado dos trabalhadores das empresas públicas”, lembra Benedito da Silva Maia, coordenador da Secretaria de Finanças do Sindsep-DF.

Além de inserir o servidor na luta por seus direitos, aumentos salariais, planos de carreiras, de cargos e salários, e ampliação dos benefícios, o sindicato também integra os servidores na luta geral de toda a classe trabalhadora em defesa de seus interesses históricos, da democracia e contra toda exploração e opressão.

“A mensalidade sindical é 1% da remuneração e o Sindsep-DF não impõe nenhum custo adicional para acesso à assistência

jurídica em questões trabalhistas, pois é o sindicato quem arca com todas as custas e despesas judiciais das ações, e no caso de processos na Justiça Federal, o sindicato arca com os honorários de sucumbência, caso não logre êxito”, ressalta Valda Eustáquia Cardoso de Souza, coordenadora da Secretaria de Filiação e Política Sindical do Sindsep-DF. No caso de ação vitoriosa, o filiado paga apenas 10% de honorários advocatícios, sendo que 2% são revertidos para o Fundo de Assistência Jurídica do Servidor.

Portanto, além de fortalecer a luta coletiva pela manutenção e ampliação dos direitos dos servidores e por um serviço público de qualidade, o filiado conta com todo o apoio jurídico em questões trabalhistas. ■

“
**Em defesa da
 filiação consciente
 do trabalhador
 às entidades
 sindicais, o
 Sindsep-DF devolve
 anualmente aos
 empregados
 públicos os valores
 recebidos referente
 ao Imposto
 Sindical**”



Sindsep-DF devolve aos trabalhadores do extinto GEIPOT o imposto sindical de 2016



2017

30 ANOS

SINDSEF-DF

FILIAÇÃO A CUT E A CONDSEF

CONQUISTAS

- RGU
- Estabilidade
- Direito de Sindicalização
- Direito de Greve
- Lei Orgânica do FDTG
- 28,6%
- 3,17%

LUTAS

- Não em Defesa e menos
- Data base
- Reestruturação dos Planos de Carreira
- Defesa da Democracia
- Controle as Retornos de Previdência & Inatividade
- Rótulos dos ICVs/Is
- Defesa dos Assalada

- Ampliação de Ciência Matemática
- Plano dos Assalada
- Plano de Carreira
- Fora Cuiabá
- Incorporação das

- Negociação Coletiva
- Controle o Turno de Trabalho
- Anulação dos Termos de Anulação do EC 30/19
- Melhorias nos ACR's
- Controle Público
- Paridade entre, aposentadorias e pensões
- Fora Teres

TRÊS DÉCADAS EM DEFESA DO SERVIDOR E DO SERVIÇO PÚBLICO

2017

30
ANOS

CONQUISTAS

- RJU
- Estabilidade
- Direito de Sindicalização
- Direito de Greve
- Liberação do FGTS
- 28,86%
- 3,17%

- Ampliação da Licença Maternidade
- Retorno dos Anistiados
- Planos de Carreira
- Fora Collor
- Incorporação das Gratificações

LUTAS

- Nenhum Direito a menos
- Data-base
- Reestruturação dos Planos de Carreira
- Defesa da Democracia
- Contra as Reformas da Previdência & Trabalhista
- Retorno dos PDVistas
- Defesa dos Anistiados

- Negociação Coletiva
- Contra o fundo de pensão
- Isonomia dos benefícios
- Anulação da EC 95/16
- Melhorias nos ACTs
- Concurso Público
- Paridade ativos, aposentados e pensionistas
- Fora Temer

SINDSER-DF



TRÊS DÉCADAS EM DEFESA DO SERVIDOR E DO SERVIÇO PÚBLICO